



JOSUÉ REGO DA SILVA

Dissertação:

**«RESISTÊNCIAS SURDAS:
QUANDO AS NARRATIVAS
DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES
DE LIBRAS E PORTUGUÊS NOS
CONTAM AS HISTÓRIAS**

**Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Lucyenne Matos
da Costa Vieira-Machado**

**Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)**



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

JOSUÉ REGO DA SILVA

**RESISTÊNCIAS SURDAS: QUANDO AS NARRATIVAS DOS
TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS E
PORTUGUÊS NOS CONTAM AS HISTÓRIAS**

VITÓRIA

2018



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

JOSUÉ REGO DA SILVA

**RESISTÊNCIAS SURDAS: QUANDO AS NARRATIVAS DOS
TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS E PORTUGUÊS NOS
CONTAM AS HISTÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação com área de concentração na linha diversidades e práticas educacionais inclusivas.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Lucylene Matos da Costa Vieira-Machado

VITÓRIA

2018

JOSUÉ REGO DA SILVA

**RESISTÊNCIAS SURDAS: QUANDO AS NARRATIVAS DOS TRADUTORES E
INTÉRPRETES DE LIBRAS E PORTUGUÊS NOS CONTAM AS HISTÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação com área de concentração na linha diversidades e práticas educacionais inclusivas.

Aprovada: em ____ de _____ de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Lucienne Matos da Costa Vieira-Machado
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a Dr.^a Silvana Aguiar dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^o Dr. Reginaldo Célio Sobrinho
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o Dr. Pedro Henrique Witches
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Luiz e Silvane, os responsáveis por me introduzir no mundo na condição de sujeito bilíngue e me despertar para o meu caminhar profissional. Em especial à minha mãe, que mesmo contra todas as adversidades e superando as expectativas, sempre se preocupou em nos proporcionar uma boa educação, ao criar a mim e a meus irmãos com amor e cuidado. Ela apresentou-nos a um mundo diferente e a sua língua e cultura como herança.

Estendo o agradecimento aos meus queridos irmãos Diego e Juran, a todos os meus familiares, meus tios e primos, surdos e ouvintes que contribuíram da mesma forma para eu chegar onde estou. Meus sinceros agradecimentos!

À minha filha Maria Sophie, minha fonte de inspiração. Saiba que a sua chegada mudou completamente a minha vida. Faço tudo por você, meu amor, papai te ama!

A Lucienne, que além de ser minha orientadora, é minha irmã Coda, amiga, que compartilha comigo a experiência de ser bilíngue. Saiba que tem toda a minha admiração e respeito, e obrigado por tudo que fez por mim desde a graduação e agora no Mestrado. Sinto-me privilegiado por ser seu orientando e espero que eu tenha superado as suas expectativas. Meu muito obrigado!

Aos meus irmãos Cudas, Keli e Euluze, porque além de compartilharem as experiências fronteiriças que vivem os filhos de surdos, foram importantes durante o meu itinerário acadêmico.

Aos amigos que conheci durante a minha militância com a comunidade surda, Júlio e Brígida; cada um com seu contexto e modo de vida, foram resistência comigo em muitos momentos durante a caminhada.

Aos componentes do meu grupo de pesquisa, o Giples, que contribuíram de forma significativa para as minhas produções acadêmicas com as discussões e análises que enriqueceram a minha formação como mestrando.

Aos professores Reginaldo, Silvana e Pedro, que carinhosamente aceitaram participar da minha banca, se propondo a ler e avaliar o meu trabalho. Talvez não tenha atendido a todos os pedidos, e tendo consciência disso novos momentos emergirão e serão reparados. Muito obrigado, professores, pela disponibilidade; agradeço ao professor

Reginaldo que me recebeu em seu grupo de pesquisa antes da minha aprovação no mestrado, no qual as leituras elisianas contribuíram para a produção deste trabalho.

Agradeço em especial à comunidade surda, às associações e federações, por me proporcionar momentos que fizeram e fazem parte da minha história; à Asurvi, associação pela qual tenho um carinho enorme, sendo ela essencial para a minha apropriação linguística e cultural.

Aos colegas da turma 30, pessoas com quem construí afinidades ao longo do mestrado; aos componentes do grupo “orientação linha 5”: estamos juntos!

A minhas amigas Fernanda e Katiuscia, companheiras de graduação e de mestrado que compartilharam comigo todas as angústias até a entrega da versão final do texto. Obrigado pela compreensão e carinho que tiveram comigo.

A todos os Tradutores e Intérpretes de Libras e Português desta pesquisa, como quem tive o prazer de dialogar. Meu muito obrigado pela disponibilidade e que mais trabalhos possam ser produzidos a partir das nossas histórias e experiências. Saibam que estamos juntos na caminhada.

Ao grande amigo Daniel Junqueira, pelas conversas filosóficas, pela companhia em muitas viagens, eventos, pelo bate-papo e pela sua contribuição no meu texto a partir da sua leitura. Grande companheiro de resistência em muitos momentos de luta com a comunidade surda, fica aqui exposta a minha admiração.

À Vanessa Brasil, minha namorada, companheira e amiga, pela força e incentivo durante a minha caminhada no Mestrado, compreendendo as minhas ausências durante os estudos, você foi muito importante nesse processo.

Ao professor e amigo Leonardo Lucio Vieira Machado por prontamente atender ao meu pedido em confeccionar a capa para o trabalho.

A Andressa Dias Koehler, pela paciência e atenção em revisar o meu trabalho. Obrigado pela sua dedicação e disponibilidade em me atender, garantindo um trabalho de excelência.

Aos que não foram citados nominalmente, mas que sabem que são importantes em minha história pessoal e profissional, meu muito obrigado por estarem comigo.

Meu papel - mas esse é um termo muito pomposo - é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam ser; que elas têm por verdadeiros, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que essa suposta evidência poder criticada e destruída.

(FOUCAULT, 1994).

RESUMO

Este estudo procura problematizar a emergência, a constituição e a institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português no imperativo da inclusão. Busca compreender como são produzidos os modos de resistências surdas a partir das práticas e experiências desse profissional e reflete sobre a inserção dele no contexto escolar inclusivo. O quadro teórico é composto por autores como Foucault (1971, 1995, 2006, 2013, 2016) quanto à concepção das relações de poder e resistência; Veiga-Neto (2011), Lopes e Fabris (2013), quanto à institucionalização dessa profissão como uma possível estratégia biopolítica no gerenciamento do risco da presença do sujeito surdo nos espaços sociais, especificamente, no ambiente escolar. A biopolítica, como modo de exercício de poder, para além do poder disciplinar, surge junto à noção de população a partir do século XVIII. E cria, pelas práticas de governo e subjetivação, a resistência às diferentes formas de gestão das ações dos sujeitos. Foram analisadas narrativas de pessoas com experiência na área da tradução e interpretação de Libras e Português, com idades entre 29 e 55 anos, de diferentes estados da federação. Compreendemos que o Tradutor e Intérprete de Libras e Português tenha se constituído como um dispositivo de gerenciamento de risco dos sujeitos surdos no espaço escolar, na grade de inteligibilidade da inclusão, que se ocupa de administrar as condutas dos sujeitos classificados como público-alvo dessa racionalidade. Acredito que em diferentes momentos do seu percurso histórico, esses sujeitos ressoaram em suas práticas, que entendo como modos de resistência surda, formas de lutar contra as relações de poder dos controles e regulações dos corpos surdos em espaços variados. Ao analisar a institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português na inclusão, sob a ótica foucaultiana, são consideradas múltiplas possibilidades, sem assumir antecipadamente qualquer discurso sobre esse profissional.

Palavras-chave: Tradutor e Intérprete de Libras e Português. Inclusão. Resistências.

ABSTRACT

This study brings to discussion the origin, composition and institutionalization of the Brazilian Sign Language and Portuguese Translator and Interpreter in the mandatory of inclusion. It seeks to comprehend how deaf resistances modes arise from the experiences and practices of this professional pondering about his placement inside inclusive schools. The authors that compose the theoretical framework are Foucault (1971, 1995, 2006, 2013, and 2016), by considering the concepts of power relations and resistance; Veiga-Neto (2011), Lopes and Fabris (2013), when it comes to translators and interpreters institutionalization as a possible biopolitical strategy to manage the deaf presence risk in social environments, especially inside the schools. The Biopolitics as a way to exercise power beyond the disciplinary authority emerges with the concept of population from the XVIII century on, and creates, through practices of government and subjectivation, the different forms of resistance towards the individuals' action management. We analyzed narratives collected from experienced people related to the Libras, Portuguese translation, and interpretation area between 29 and 55 years old from different states of Brazil. The hypothesis consists on the fact that the Brazilian Sign Language and Portuguese Translator and Interpreter came up as a risk management device of the deaf individuals inside the schools, based on the inclusion intelligibility blueprint that assumes the role to govern the behavior of the subjects labelled inside this rationality target audience. I believe that in different moments along their own history, these people ressonated in their practices, which I understand as deaf resistances, as ways to struggle against the power relations, control and body regulations in different spaces. When analyzing the Brazilian Sign Language and Portuguese Translator and Interpreter in the inclusion system through a Foucault's perspective, many possibilities are taken without previously assuming any statement about this professional.

Key words: Brazilian Sign Language and Portuguese Translator and Interpreter. Inclusion. Resistance.

LISTA DE SIGLAS

Coda - Children of Deaf Adults

DT - Designação Temporária

Febrapils - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

Giples - Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos

Ines - Instituto Nacional de Educação de Surdos

Libras – Língua Brasileira de Sinais

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

Seme - Secretaria Municipal de Ensino

Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Ufscar - Universidade Federal de São Carlos

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

TLCE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

- 1. INICIANDO A CONVERSA.....12**
 - 1.2 APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA15
- 2. PESQUISAS SOBRE OS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS E PORTUGUÊS.....18**
 - 2.1 TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS E PORTUGUÊS SOB AS LENTES FOUCAULTIANAS.....22
- 3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....27**
 - 3.1 UM POUCO SOBRE O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E PORTUGUÊS.....30
 - 3.2 UM POUCO SOBRE A INCLUSÃO.....33
- 4. ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS.....35**
 - 4.1 GOVERNAMENTALIDADE35
 - 4.2 BIOPOLÍTICA36
 - 4.3 PODER.....37
 - 4.4 RESISTÊNCIA.....39
- 5. MODOS DE RESISTÊNCIA SURDA48**
- 6. AINDA SOBRE AS RESISTÊNCIAS: MODOS DE RESISTIR64**
- 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS73**
- REFERÊNCIAS.....76**

1. INICIANDO A CONVERSA...

“(...) Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é Determinar qual é o principal perigo”
(FOUCAULT, 1995, p. 256).

Para o início desta escrita, suscito Michel Foucault (1995), por entender que a definição de uma pesquisa é de algum modo ético-política. Inspirado no pensamento foucaultiano entendo que, ao propor um estudo e a problematização de uma temática, essa designação poderá causar estranhamento em relação a alguma conjuntura do cotidiano que possa ter a sua estrutura, espaço e objetivos bem definidos.

Trilhar o viés foucaultiano implica divergir com algumas representações ou normas, colocando em suspeição qualquer tipo de discurso ou verdade sobre a emergência do nosso objeto de pesquisa, o Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Português¹.

Essa temática tem relação estreita comigo, que trabalho como profissional da área. À vista disso, no decorrer da pesquisa, pude me debruçar reflexivamente sobre minha prática para além do que eu já havia pensado, permitindo me analisar de outro modo (VEIGA-NETO, 2007). Problematizar as várias formas de pensamento sobre esse profissional exigiu de mim, como pesquisador, o cuidado para que as formulações não se tornassem repetidas, ou que se associassem com o que já está posto.

Importante frisar que esse interesse se deu a partir das discussões iniciadas nos encontros do Giples (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde aconteceu a aproximação com as teorias foucaultianas (VEIGA-NETO, 2007). E isso, somando-se às minhas experiências pessoais e profissionais, aguçou ainda mais a minha curiosidade; por conseguinte, surgiram inquietações que se agregaram a outros conhecimentos advindos de acontecimentos que serão descritos ao longo deste texto.

¹ Nomenclatura utilizada em consonância com o decreto 5626/05, capítulo V. A partir daqui essa nomenclatura será utilizada em referência a esse profissional.

No imperativo da inclusão², a presença do Tradutor e Intérprete de Libras e Português nos mais diversos locais pode ocasionar o entendimento de que somente a assistência dele já garantiria a inclusão da pessoa surda nesses lugares, como uma dose de calmante para o desconforto da comunidade surda e da sociedade ouvinte.

Nesse contexto, urge problematizarmos o imperativo da inclusão com suspeitas, para além do seu objetivo político, social e cultural:

Não há fronteiras nítidas, não há regras definitivas, não há razões que sustentem a metanarrativa da inclusão diante de bons questionamentos sobre as delimitações das fronteiras. No entanto, há uma necessidade vital, considerando-se um tipo de racionalidade moderna, para que as fronteiras de in/exclusão sejam mantidas (LOPES, 2007, p. 18).

Podemos considerar que o Tradutor e Intérprete de Libras e Português, na conjuntura política da inclusão, tem como um dos objetivos atender às demandas específicas do sujeito surdo. Isto posto, me proponho a problematizar esse profissional na ótica da grade de inteligibilidade do nosso tempo, entendendo a sua emergência como um “[...] conjunto de práticas possibilitadas por redes de relações em que a experiência se constitui como atmosfera de seu tempo” (LOPES; MORGENSTERN, 2014, p. 186).

Minha hipótese é de que, em diferentes momentos do seu percurso histórico, esses sujeitos ressoaram em suas práticas modos de resistência surda, formas de lutar contra as relações de poder dos controles e regulações dos corpos surdos em espaços variados. Nesse escopo, o **objetivo geral** deste estudo é problematizar a emergência, constituição e institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português. Paralelo a isso, a pergunta principal que suscita esta pesquisa é: **compreender como são produzidos os modos de resistências surdas a partir das práticas e experiências dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português no contexto escolar?**

A partir das leituras do filósofo Michel Foucault, outras questões foram agregadas a esta pesquisa, como: Que efeitos são causados a partir da emergência do Tradutor e

² O imperativo da inclusão é uma estratégia fundamental no processo de empresariamento da sociedade, na produção de sujeitos empreendedores e na reconfiguração do papel do Estado na atualidade. Para que a governamentalidade neoliberal funcione, é preciso a inclusão social de todos, ou seja, a inclusão e o empresariamento de si são processos que se alimentam na produção de uma sociedade mais segura. A autogestão e a mobilidade são fundamentais para que a sociedade funcione com um mínimo de custos. Refletir sobre estas questões é fundamental para pensar a educação hoje (SANTOS, I. M.; KLAUS, V. 2013, p. 9).

Intérprete de Libras e Português? Em que momento se deu a sua constituição e institucionalização? De que forma algumas verdades e discursos que emergem sobre as práticas desse profissional podem influenciar o seu devir? Quais são os regimes de verdade e discursos inscritos na nossa atualidade sobre esse profissional?

Como **objetivos específicos**, enumeramos: a) Identificar e debater, a partir das narrativas, os modos de resistências surdas; b) Compreender os efeitos das verdades e discursos que atravessam e influenciam a atuação profissional desse sujeito; c) Problematizar as possibilidades que escapam às formas de poder a partir dos modos de resistência no imperativo da inclusão.

No próximo tópico, justifico a escolha desta temática, dialogo com fragmentos do meu percurso histórico e compartilho momentos pessoais e profissionais que contribuíram para a minha constituição como Tradutor e Intérprete de Libras e Português.

No capítulo 2, detalho a revisão de literatura de alguns trabalhos que abordam o objeto da minha pesquisa e, em uma subseção, realço estudos que abordam a nossa temática sob a perspectiva foucaultiana.

Na seção seguinte, capítulo 3, discorro sobre o percurso teórico-metodológico desta pesquisa. Como literatura substancial, recorro a Andrade (2008), para o qual as narrativas são atravessadas pelas relações de poder construídas em torno dos discursos produzidos e/ou inventados. A opção pela abordagem analítica de narrativas partiu do interesse em compreender o processo histórico do nosso objeto de pesquisa, pelo compartilhamento de suas experiências e práticas. Acrescento como contribuição uma breve abordagem histórica de legislações sobre o assunto, bem como uma sucinta explanação sobre a inclusão escolar.

Com as histórias relatadas neste trabalho, temos a possibilidade de analisar contextos em que os sujeitos, a partir de suas práticas, viabilizam modos de resistência, situações que também contribuíram muitas vezes, para a suas escolhas profissionais.

Após as leituras, a organização e a sistematização dos materiais utilizados, no capítulo 4 disserto sobre algumas ferramentas analíticas empregadas sob a ótica foucaultiana: *governamentalidade*, *biopolítica*, *relações de poder e resistência*. Esses dispositivos conceituais aparecem imbricados com os dados produzidos nas entrevistas.

No capítulo 5, dialogo com fragmentos narrativos sobre a concepção de resistência, que de acordo com Foucault (1988), é subjetiva do ser humano, da vida, emerge nas relações de poder e pode gerar mudanças, transformações e novos espaços. Resistir não resulta, neste caso, reagir a uma situação, mas se configura na estratégia de criar possibilidades que fujam ao poder.

Na seção seguinte, analiso dois modos de resistência esboçados nas narrativas e em alguns documentos históricos anteriores e posteriores à institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português: “resistência utópica” e “resistência infame”.

É importante situar o leitor quanto à utilização dos termos “eu” e “nós” no desenvolvimento do texto. A dupla aplicação se deve ao meu atravessamento por múltiplas vozes, algumas ouvidas no período de disciplinas do mestrado, outras em momentos ímpares que vivenciei nos encontros com o Giples. Portanto, esta produção desabrocha por conta de todas as discussões, pensamentos e problematizações que me provocaram no decorrer da minha trajetória acadêmica e de vida.

1.2 APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA

“Hibridamente, vivendo aqui ali, lá, cá, no mesmo lugar,
comigo”

Fernando Lino (Coda)

Para apresentar as motivações deste estudo, partilho fragmentos da minha biografia que desenham como fui, aos poucos, traspassado por experiências que me constituíram pessoal e profissionalmente.

Sou ouvinte e filho de pais surdos, o que atualmente é nomeado como Coda (*Children of Deaf Adults*). O termo foi criado em 1983 por um grupo de filhos de surdos americanos, com a intenção de se encontrarem anualmente para compartilharem as vivências e experiências como sujeitos bilíngues. Hoje essa comunidade é uma organização internacional que promove encontros no exterior e oferece suporte para os nacionais, como os que acontecem no Brasil, onde desde 2013 são articulados intercâmbios de filhos de pais surdos de todo o território.

Portanto, nascer e crescer na comunidade surda me fez estar envolvido na militância e no movimento desde muito novo, acompanhando as lutas pelo direito à Educação,

trabalho, Saúde etc. Em muitas eventualidades, atuei de modo informal como Tradutor e Intérprete de Libras e Português onde os surdos se faziam presentes, como seminários, palestras, congressos e outros.

O fato de meus pais e alguns familiares estarem envolvidos com a atividade surda, mais especificamente em movimentos de cunho associativo, me fez participar de algumas lutas e conquistas, por exemplo, do reconhecimento da Lei de Libras nº 10.436/2002, cuja regulamentação se deu pelo Decreto nº 5.626/05 e, posteriormente, da Lei nº 12.319/2010, que legitimou a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras e Português.

Apesar de ter vivenciado muitas práticas tradutórias e interpretativas de modo informal, somente em 2003 ocorreu a minha primeira contratação profissional como Tradutor e Intérprete de Libras e Português. Na ocasião, a Prefeitura Municipal de Vitória realizou um processo seletivo para contratar Tradutores e Intérpretes de Libras e Português para atuar na Casa do Cidadão. Nessa seleção, foram eleitos 14 candidatos, e eu fui um dos aprovados, permanecendo por quatro anos nesse órgão.

No ano de 2007, fui aprovado no Prolibras - Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/Libras -, que tem como finalidade a certificação de pessoas surdas ou ouvintes fluentes em Libras que já concluíram o Ensino Superior ou o Médio. Pode-se dizer que, a partir de então, eu estaria “qualificado” para fazer a Tradução e Interpretação de Libras e Português.

Quanto à importância de citar minha certificação pelo Prolibras, Santos afirma que “[...] este exame tem sido um divisor de águas entre o ser e o não ser intérprete de Língua Brasileira de Sinais” (SANTOS, 2016, p. 38).

Em 2008, fui aprovado no vestibular para ingressar na primeira turma de bacharelado em tradução e interpretação em Letras Libras, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ficando sob a responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) a instalação de um polo para atender aos discentes.

O curso foi promovido na modalidade a distância, formando no ano de 2012 o total de 27 Tradutores e Intérpretes de Libras e Português com o título de bacharel. Também se formaram alunos surdos na turma de licenciatura, constituindo-se assim professores de Libras.

Também em 2008 iniciei minha trajetória como Tradutor e Intérprete de Libras e Português no contexto educacional, na rede da Educação da Prefeitura Municipal de Vitória – ES. Nos anos seguintes, trabalhei em algumas escolas estaduais e municipais de ensino nos municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha, em todos com contrato de DT (designação temporária) e também em escolas da rede Municipal de Ensino pela Seme (Secretaria Municipal de Ensino) de Vitória.

O meu percurso profissional no ensino superior se iniciou em 2012, quando fui contratado por uma faculdade privada do município de Vitória, onde durante dois anos atuei como Tradutor e Intérprete de Libras e Português no curso de Pedagogia, acompanhando uma turma com quatro alunos surdos até a conclusão.

Em 2014, me especializei em Libras pelo Centro de Ensino Superior Fabra. No ano seguinte, trabalhei como professor substituto no Bacharelado em Tradução e Interpretação Letras Libras da Ufes, curso da minha formação inicial.

A aprovação, em 2016, para o mestrado em Educação na linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas, nesta mesma Universidade, tem me provocado a pensar sobre minhas práticas e os saberes construídos ao longo dos anos. Atualmente, trabalho como Tradutor e Intérprete de Libras e Português no Instituto Federal do Espírito Santo, alocado no campus Serra - ES.

Compartilhar um pouco da minha história, da minha constituição acadêmica e profissional, me instigou a avaliar minha condição enquanto Tradutor e Intérprete de Libras e Português, um sujeito detentor de saberes que, segundo Foucault (1995), nos coloca em uma posição de resistência surda nas relações de poder. Para ele:

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis [...] (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Na próxima seção, discorro sobre algumas consultas e diálogos relacionados ao nosso objeto de estudo.

2. PESQUISAS SOBRE OS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS E PORTUGUÊS

Atualmente, os profissionais que operam em espaços públicos, mais especificamente os da área de Educação, têm procurado se distanciar dos pensamentos e das práticas clínicas e se ocupado com as práticas pedagógicas. Nesse contexto, aflora o Tradutor e Intérprete de Libras e Português nos ambientes educacionais onde há a presença de estudante(s) surdo(s).

Entretanto, a participação desse profissional em qualquer esfera suscita algumas considerações. Quadros (2004) salienta que o Tradutor e Intérprete de Libras e Português é um agente enredado no processo de comunicação, com poder de influenciar o objeto e o resultado da tradução. Assim, entendemos que esse especialista necessita ter a competência tradutória nas línguas envolvidas.

Sobre isso, os estudos de Lacerda (2010) apontam que a tradução não envolve apenas um fator linguístico, mas outras variáveis a serem consideradas, como, por exemplo as culturas e as relações sociais. O Tradutor e Intérprete de Libras e Português precisa conhecer as possibilidades expressivas das línguas, ou seja, saber além das regras gramaticais, que constituem apenas um dos modos de descrição e prescrição em termos das línguas.

É necessário compreender as diversas maneiras de expressões de uma sociedade, por isso o profissional precisa acessar variados tipos e gêneros textuais (literário, jornalístico, publicitário, dentre outros), diversificando autores, épocas, propósitos e, principalmente, se familiarizando com as terminologias pertinentes a cada área a que pretende se dedicar. Nesse sentido:

[...] não se pode reduzir o intérprete de língua de sinais somente ao ato de tradução. Os intérpretes são também intérpretes de cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua trajetória (PERLIN, 2006, p 136).

Na busca por outros estudos sobre o tema, selecionei publicações que contribuíram para refletir sobre discursos e práticas que se manifestam a partir da emergência, da constituição e da institucionalização desse profissional; também apurei produções cujas bases teóricas dialogassem de alguma forma com nosso objeto de estudo.

Do Banco de Teses da Capes e do site do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo, selecionei pesquisas acadêmicas que deram subsídio a este trabalho, dentre elas: uma tese da UFSC; duas dissertações produzidas na Ufes; uma dissertação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); uma dissertação e uma tese defendidas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e, por último, uma tese de doutorado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

De início, compartilho a tese de doutorado de Silvana Aguiar Santos, defendida no ano de 2013, intitulada “Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil: uma análise das Teses e Dissertações de 1990 a 2010”, da UFSC; no estudo, a pesquisadora analisou as categorias que emergiram das teses e dissertações sobre o Tradutor e Intérprete de Libras e Português nesse período.

A escolha pelo estudo de Santos (2013) se deu pela tentativa de buscarmos elementos que pudessem dialogar com a hipótese deste trabalho. Na pesquisa, a autora mapeou trabalhos que abordam o Tradutor e Intérprete de Libras e Português no âmbito nacional. Para isso, ela utilizou os dados disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes, considerando as produções entre os anos de 1990 a 2010. Com uma abordagem qualitativa, ela explorou as descrições contidas nos trabalhos, para construir uma realidade diferente da que estava estabelecida, indo além dos dados abordados nos textos, dialogando e sugerindo temas para futuras investigações. Além disso, Santos (2013) utilizou como ferramenta de análise a *WordList* do software *WordSmith Tools*:

[...] utilizamos a ferramenta *WordSmith Tools* com o intuito de mapear as palavras nas teses e dissertações que tiveram maior ocorrência ao longo dos textos, tendo como objetivo construir um conjunto de palavras frequentes que apontam tendências pelas quais a subárea TILS movimenta-se ao longo dos anos (SANTOS, 2013, p. 46).

As pesquisas que abordavam a interpretação de língua de sinais e tradução em língua de sinais, selecionadas por ela, foram organizadas e separadas em capítulos específicos. A autora explicou que a opção por investigar teses e dissertações sobre esse profissional se deu pelo objetivo de compreender que elementos ligavam a constituição de identidade dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português com os Estudos da Tradução; e, ainda, pelo fato de essas pesquisas estarem disponíveis em formato digital, para dar continuidade ao trabalho já iniciado.

Santos (2013) também procurou saber quais temas foram os mais pesquisados pelos autores, e em quais direcionamentos teóricos essas produções se enquadravam. Para alcançar esses objetivos, foram testados os termos “intérprete de língua de sinais” e “intérprete de Libras” para o capítulo que abordava as pesquisas sobre interpretação, e tradutor de língua de sinais e tradução de língua de sinais, para o capítulo sobre as pesquisas sobre tradução.

Nesse íterim, foi identificado pela autora um total de 33 publicações sobre Tradutores e Intérpretes de Libras e Português em nível de mestrado em doutorado, sendo 3 teses e 25 dissertações sobre a interpretação de língua de sinais, e 1 tese e 4 dissertações sobre a tradução em língua de sinais.

Um número significativo dos trabalhos apresentados na tese versava sobre situações do ambiente escolar, como as relações entre os envolvidos nesse contexto, além de abordar especificamente o Tradutor e Intérprete de Libras e Português educacional, desde a sua presença à sua relevância na escola.

O quantitativo de pesquisas sobre esse profissional no contexto escolar nos fornece pistas para compreender a emergência, constituição e institucionalização dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português e suas atitudes como um modo de resistência surda, sendo ele um sujeito governado e subjetivado, ação essa entendida como governamentalidade, que segundo Foucault (2008) vivemos desde o final do século XIX.

Na dissertação de mestrado em Educação defendida em 2012, sob o título “O lugar do Intérprete educacional nos processos de escolarização do aluno surdo”, Keli Simões Xavier faz uma análise sobre a inserção do intérprete no contexto escolar das séries finais do ensino fundamental, em uma escola da rede municipal de Vitória - ES, pioneira no Estado na inserção desse profissional em sala de aula com alunos surdos.

Além da abordagem específica sobre a atuação desse profissional, ela cita algumas legislações que balizam a Educação no Brasil, como a Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de número 9.393 de 1996, além do documento da Política nacional de Educação especial (2008), que entre outras ações versa sobre “[...] os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola” (BRASIL, 2008).

No texto, Xavier (2012) também discute sobre as relações de poder que emergem no ambiente escolar e que atravessam as experiências dos sujeitos, como por exemplo a sua formação, o ambiente de trabalho em que está inserido e o seu próprio papel dentro da escola.

Mesmo o decreto 5626/2005 descreve a formação deste como algo mais generalista, que tem um enfoque muito maior nas questões linguísticas, o que de certa forma acaba por centrar a preocupação nos pontos linguísticos da tradução/interpretação. Os intérpretes que atuam na educação acabam tendo uma grande influência desse tipo de visão, o que faz com que suas ações sejam mais prescritivas, preocupando-se muito mais em como passar em língua de sinais um ou outro conceito, do que com o aprendizado do aluno em si (XAVIER, 2012, p. 119).

Concordo com Xavier (2012) quando afirma que é necessário pensar sobre a inserção e o papel desse profissional na conjuntura inclusiva, emergência que se caracteriza por poderes e saberes que atravessam as experiências individuais; é importante questionar que poder é esse, como é sua constituição e qual a sua capacidade.

O trabalho da autora nos auxilia a refletir sobre a atuação do Tradutores e Intérpretes de Libras e Português perante as normas impostas pelo Estado, pela obrigatoriedade de atuar de acordo com o que se considera ético, estético, porque “[...] essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder, [...] porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam” (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Lara Ferreira dos Santos, no ano de 2014, defendeu na Universidade Federal de São Carlos, sua tese de doutorado intitulada “O fazer do Intérprete Educacional: práticas, estratégias e criações”, que analisou o fazer desse profissional no espaço escolar. Segundo a autora, sua inserção e pesquisas sobre a sua atuação em sala de aula são incipientes. A pesquisadora observou o desempenho de quatro intérpretes educacionais, em quatro salas diferentes e ministradas por três professores. Como resultado das análises e reflexões, ela entendeu que a atuação desse profissional vai além da tradução e interpretação de enunciados; ele seria também responsável pelos enunciados proferidos em sala de aula.

A autora entendeu que a complexidade da sala de aula torna o trabalho do intérprete educacional muitas vezes, no contexto tradutório “intraduzível”, devido aos muitos elementos presentes na conjuntura escolar que ultrapassam a questão linguística, sendo necessário o trabalho colaborativo com o professor regente:

Assim, interpretar algo de que não se tem compreensão torna-se inviável. É nesse momento que o IE utiliza uma estratégia importantíssima e adequada para o contexto de sala de aula: abordar o professor. Após perceber que não conseguiria sequer interpretar sequer a dúvida da aluna, ele solicita a pausa ao professor “Espera só um minutinho”, visando não perder as informações que seguiriam a partir daquele momento, e também atender à necessidade da aluna (SANTOS, 2014, p. 168).

A seguir, apresento pesquisas sobre o Tradutor e Intérprete de Libras e Português pensadas e articuladas a partir das contribuições dos estudos foucaultianos.

2.1 TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS E PORTUGUÊS SOB AS LENTES FOUCAULTIANAS

Nesta seção, apresento algumas pesquisas que podem nos ajudar a pensar a emergência e constituição do sujeito Tradutor e Intérprete de Libras e Português a partir das teorizações foucaultianas.

Em “Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re) criações do sujeito”, Vanessa Regina de Oliveira Martins (2008) estudou sobre as relações de saber e poder na inserção desse profissional na inclusão escolar do surdo no ensino superior. Nessa dissertação de mestrado, defendida na Unicamp, a autora entendeu que a emergência desse profissional se configura por entre os vários discursos e acontecimentos históricos que atravessam a surdez, constituindo assim as suas realidades e suas subjetividades. No trabalho, Martins (2008) esclarece que a emergência dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português se deu pelas situações cotidianas, criações discursivas e também a partir dos diversos tipos de saberes históricos que perpassam sobre as práticas desse profissional e dos sujeitos surdos. Em seu texto, ela aprecia esse sujeito sob a perspectiva foucaultiana:

[...] A trilha foucaultiana busca desvendar as relações de forças históricas, revelar as invenções normativas da sociedade em dada época, e com isso marcar emergências sociais, o sujeitamento do outro e a possibilidade de desassujeitamento, nas muitas formas de experiências singulares, e de recriação de si (MARTINS, 2008, p. 23).

Martins (2008) defende o espaço de sala de aula como um momento importante de ensino e acontecimento, no encontro entre o surdo e o Tradutor e Intérprete de Libras e Português, do qual emergem possibilidades de fazer e ensinar. No distanciamento

entre o aluno surdo e o professor ouvinte, é solicitada a presença do profissional para mediar as duas línguas de modalidades distintas. Nessa situação, segundo ela, podem transcorrer situações frustrantes e constrangedoras que, por conseguinte, podem levar o aluno surdo a encontrar possibilidades de inventar e produzir novas formas de aprender com a presença do Tradutor e Intérprete de Libras e Português.

[...] o ILSE vai traçando caminhos que possibilitem o acesso do aluno surdo ao conhecimento e se vê também nesse lugar de produtor de ensino – assume esse lugar. Como Souza (2007) afirma, o ILSE entra no jogo imaginário do acontecimento da sala de aula[...]. Esse lugar, no entanto, só lhe será conferido se o surdo, no caso, compartilhar desse jogo, enlaçar-se na trama simbólica, possibilitando-lhe autoria. Ao ser cativado pelas mãos do intérprete, mãos que dão forma aos conteúdos anunciados pelo professor ouvinte, surdo vai partilhando do acontecimento educativo. Assim, por mais que se tente escapar, tangenciar, o surdo se sente próximo e confortável na presença do ILSE – muito mais que com o professor ouvinte, que pouco o conhece (MARTINS, 2008, p. 108).

Pactuamos com Martins (2008), quando em seu trabalho ela apresenta o sujeito Tradutor e Intérprete de Libras e Português construído historicamente, o que o torna um importante instrumento de resistência política no imperativo da inclusão escolar; ao analisar esse sujeito a partir dos estudos foucaultianos, ele é entendido como “[...] um sujeito (re)criado” (MARTINS, 2008, p 46).

Posteriormente em tese de doutorado, com o título “Posição Mestre: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional”, defendida no ano de 2013 na Unicamp, Martins continua seus estudos sobre o Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, mas interessada desta vez em entender uma possível reconfiguração de atuação no espaço escolar, analisando a emergência, os discursos, o desempenho e as relações de ensino que afloram com a figura desse profissional no contexto escolar.

A autora entende que não existe neutralidade no ato da interpretação em contexto de ensino, e que a atuação como mestre em muitos momentos será exercida pelo intérprete, mesmo que sem formação específica, sendo essa convocação advinda do próprio aluno surdo, o que torna o seu exercício em sala de aula muitas vezes para além do ato tradutório e interpretativo, visto que é uma realidade:

Na lógica do professor que sabe, como único provedor de encontros, esta relação estabelecida entre surdo e intérprete é algo que foge às regras do bom modelo que enquadra cada um em seu papel fixo e prescritivo; todavia, na lógica da educação como encontro com outros, tantos outros possíveis,

essa relação ocorre de forma clara e tranquila, já que o intérprete é mais um que se põe no lugar de emitir signos do aprender, sendo a educação da ordem de encontros, de relações, como apagar a presença desse sujeito que está na sala de aula, diariamente, com o aluno surdo? (MARTINS, 2013, p. 158).

Por conseguinte, refletimos sobre as condutas éticas impostas na atuação desse profissional em sala de aula, sobre as limitações do ato interpretativo, e questionamos o que se tem trabalhado nas formações específicas para o trabalho nesses espaços.

É importante citar, ainda, a dissertação de mestrado de Maria Cristina Viana Laguna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicada em 2015 com o título “Moralidade, idoneidade e convivência: discursos sobre as práticas dos repetidores do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade”, o estudo examinou como os discursos sobre as práticas dos repetidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no período em questão, incidem sobre as atividades dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português no Brasil.

A autora fez uma análise de documentos do acervo histórico do INES, procurando identificar discursos recorrentes, que eram exigência para exercer a função e que atualmente influenciam e se aproximam diretamente da prática dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português:

A relação de proximidade do inspetor com o repetidor e, hoje com o TILS, pode ser vista pelos discursos apresentados nos documentos, os quais repetidamente atribuem ao inspetor idoneidade moral e boas condutas [...]. Aos TILS também são atribuídas competências, e lhes é exigido perfil de caráter moral (LAGUNA, 205, p. 90).

Ao ler duas obras que tratam da história da educação dos surdos do Brasil³ e que serviram como material de pesquisa, a autora encontrou pistas que contribuíram no pensar da prática atual dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português:

Entre esses registros, consta uma imagem, de 1936, que mostra a atuação de um profissional chamado repetidor de classe, cargo que existiu nas instituições de ensino em geral e que exigia conhecimento específico das disciplinas. [...] O que me chamou atenção nessa imagem é a forma como esse repetidor está posicionado diante do aluno, pois sentar-se em frente ao

³ Atas: Congresso de Milão – 1880 e O INES e a Educação de Surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos (ROCHA, 2008).

surdo é uma prática assumida pelos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português (LAGUNA, 2015, p. 14).

Como exposto pela pesquisadora, a logística em sala de aula naquele tempo se assemelhava à dos dias atuais: o posicionamento do Tradutor e Intérprete de Libras e Português na frente do aluno surdo no momento tradutório-interpretativo ainda é bem definido no espaço escolar. Isso nos possibilita problematizar toda a construção ética em torno da prática, visto que a localização e a posição do profissional muitas vezes não são trabalhadas nas formações ou cursos específicos.

Outro texto que merece destaque é a dissertação de Joaquim Cesar Cunha Santos, defendida em 2016, na Ufes, intitulada “A formação do tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais como intelectual específico: o trabalho de interpretação como prática de cuidado de si”. Nesta, o autor discute como os TILS se subjetivam como profissionais a partir de alguns rituais de passagem e de aleturgias, por exemplo as certificações exigidas como requisitos para atuação e garantia do status profissional.

[...] compreende-se que em determinado momento de sua história, o intérprete assume para si essa responsabilidade de reformular os problemas, que muitas vezes vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação (SANTOS, 2016, p. 27).

De inspiração foucaultiana, o estudo também problematizou a prática do cuidado de si⁴ como sendo essencial para a produção de possibilidades de atuação na educação dos surdos. Por meio de narrativas, Santos (2016) procurou entender os processos de ser e devir dos sujeitos de sua pesquisa, com apontamentos que indicavam o Tradutor e Intérprete de Libras e Português como um intelectual específico, provocando alternativas de práticas no trabalho de tradução e interpretação.

O intento de compartilhar esse levantamento bibliográfico é de que essas leituras endossem nossa defesa do Tradutor e Intérprete de Libras e Português como um modo de resistência surda. O exercício de olhar de outras formas, sob a óptica foucaultiana, a emergência desse profissional, nos viabiliza pensar alternativas do exercício para além da sua atividade laboral.

⁴ As “práticas do cuidado de si” implicam, portanto, uma reflexão sobre o modo de vida, sobre a maneira de regular a conduta, de fixar para si mesmo os fins e os meios.

Garcia (2013) discute em seu texto a ideia de resistência a partir do pensamento foucaultiano, entendida como “experiência de subjetivação, de autonomia [...]. Ela não busca a vitória, ela não se lança em uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas” (GARCIA, 2013, p. 109).

É necessário, ainda, ancorados nos estudos foucaultianos, o olhar para as resistências que emergem nas relações de poder, indagando acerca de sua existência e de suas características próprias, uma vez que só há poder porque há resistência, entendendo que essa “[...] não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 2010, p. 241).

3. PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Pensar a emergência, constituição e institucionalização dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português requer de minha parte o esforço de interpelar o que proponho nesta dissertação em uma perspectiva histórica. Isto é, trazer à tona acontecimentos anteriores, experiências e práticas dos sujeitos participantes desta pesquisa.

Fazer esse resgate é um exercício de mostrar como que, no interior das relações de poder, emergem modos de resistências que possibilitam a constituição de diferentes sujeitos em suas práticas:

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (FOUCAULT, 2003, p. 10).

Em meio às leituras coletivas nos encontros com o grupo de pesquisa ou nas orientações individuais, fui compreendendo que na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre a história dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, as discussões se dão a partir de pesquisas bibliográficas que abordam alguns eventos de forma sucinta, podendo suprimir informações importantes que poderiam nos auxiliar a compreender as problematizações relacionadas a esta pesquisa.

Mas como fazer uma abordagem diferente? Como contar pelo viés histórico elementos que nos ajudem a narrar de outro modo a memória dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português? Entendo que, ao me propor a dialogar sob as lentes foucaultianas, não busco soluções ou verdades, visto que fui provocado constantemente com novas perguntas que despontaram durante a minha escrita.

Essas inquietações me fizeram entender que precisaria buscar uma metodologia que me permitisse conhecer a história contada pelos sujeitos, produzindo e problematizando dados, além de provocar os sujeitos a pensar sobre possíveis formas de subjetivação a que porventura são conduzidos. Paralelo a isso, instigá-los a questionar os diversos discursos e verdades que carregam consigo: “[...] informações fundamentais acerca do vivido e que possibilitam uma interpretação (mesmo que provisória e parcial) (ANDRADE, 2014, p. 175).

As narrativas, segundo Andrade (2014), são atravessadas por relações de poder construídas em torno dos discursos produzidos e/ou inventados, porque não, pelos próprios Tradutores e Intérpretes de Libras e Português.

Esses personagens, neste estudo entendidos como narradores principais, são compostos de diferentes histórias, singularidades e discursos sobre a prática desse profissional, “[...] visto que são os discursos deles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios, desclassificação, de ordenação, de distribuição de discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 2013, p. 2).

A nossa inclinação metodológica nos viabilizou ir ao encontro dos saberes de Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, procurando compreender como são modeladas as relações de poder que circulam pelas mais diversas construções discursivas, especificadas desta forma por Michel Foucault:

Não tento encontrar atrás do discurso uma coisa que seria o poder e que seria sua fonte, como em uma descrição de tipo fenomenológico ou de qualquer método interpretativo. Eu parto do discurso tal como é. Em uma descrição fenomenológica, tenta-se deduzir do discurso algo que concerne ao sujeito falante; trata-se de reencontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante, um pensamento que está se formando. O tipo de análise que eu pratico não se ocupa do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual o poder funciona. O poder não está, pois fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p. 120).

Vale destacar que as narrativas não tiveram o compromisso de explicar fatos ou acontecimentos específicos; elas foram compartilhadas de forma natural e por vezes denunciaram situações, algumas até embaraçosas, que os narradores vivenciaram ao longo de suas experiências de inserção na comunidade surda.

Ao reproduzir alguns fragmentos narrativos, procuro ressaltar como cada um desses sujeitos, por meio de suas práticas e experiências, mesmo em tempos e espaços diferentes, nos permite perceber como foi construído o percurso do Tradutor e Intérprete de Libras e Português, tanto no Brasil, especificamente no estado do Espírito Santo.

Os relatos compartilhados foram registrados por aplicativo de mensagens (texto e áudio) e por e-mail. Nestes, os sujeitos descreveram suas histórias em relação aos

surdos, a aquisição da Libras e a suas trajetórias profissionais, o que nos motivou a compreender e problematizar as práticas, discursos e verdades descritas.

Quanto aos sujeitos selecionados para esta pesquisa, busquei entrevistar pessoas com experiência na área da tradução e interpretação de Libras e Português, que estavam atuando – na ocasião deste estudo - ou que já atuaram, em qualquer educacional, independente da sua idade, religião, gênero ou formação acadêmica. Foram entrevistados doze sujeitos com idades entre 29 e 55 anos, sendo cinco de outros estados da federação e sete oriundos do estado do Espírito Santo.

Entre os participantes, oito relataram que a aproximação com a Libras ocorreu em alguma instituição religiosa, pelo contato com amigos surdos ou, ainda, devido a algum curso feito oferecido pela instituição religiosa, sendo realçado por eles que essas experiências foram importantes para a sua escolha profissional. Três dos entrevistados são filhos de surdos (Codas), tendo, portanto, contato com a Libras desde a tenra idade, e em muitas oportunidades atuando de modo informal em contextos tradutórios e interpretativos.

Na época das entrevistas, oito atuavam como Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, sendo que quatro trabalhavam no ensino básico, dois no técnico, dois no superior e os outros quatro em trabalhos esporádicos. Em anexo a essa pesquisa consta o termo de consentimento livre e esclarecido (TLCE), que foi assinado por todos os participantes que concordaram em participar deste estudo.

Os relatos contemplaram as experiências vivenciadas pelos narradores, suas práticas e atitudes de resistências às relações de poder que atravessaram em algum momento as suas trajetórias profissionais. Descrições que nos forneceram pistas para compreender a emergência, a constituição e a institucionalização dos Tradutores e intérpretes de Libras e Português no Brasil e no estado do Espírito Santo.

Observamos que o Estado⁵, por meio do cumprimento das legislações da política inclusiva, tem procurado direcionar os Surdos a estarem todos juntos, principalmente no contexto escolar, justificando assim uma governamentalidade como uma ação política necessária, uma “Educação para todos”, entendida como “[...] uma maneira

⁵ Estado é compreendido a partir de quatro elementos: é um domínio; uma jurisdição; uma condição de vida; e a qualidade de uma coisa (qualidade que se opõe ao movimento). FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 421.

política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1995, p. 45).

As contribuições teórico-metodológicas que inspiraram este trabalho nos levaram a questionar: quais práticas e problematizações, principalmente no contexto escolar, tem gerado a constituição desse cargo? E quais as implicações e tensões emergem no ambiente em que ele está inserido? Qual o posicionamento dos profissionais diante das ações de governo no imperativo da inclusão? Qual o papel dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português para a constituição de possíveis modos de resistências surdas?

A partir das vivências partilhadas pelos entrevistados de forma individual, o nosso intuito é procurar entender dos envolvidos diretamente ou indiretamente, os discursos e as verdades que de alguma maneira podem influenciar as suas práticas e experiências como Tradutores e Intérpretes de Libras e Português.

3.1 UM POUCO SOBRE O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS E PORTUGUÊS

É condição para entender a sua emergência focar acontecimentos passados, buscando estabelecer, sempre arriscada e perigosa, relações entre acontecimentos aparentemente desconexos, mas que são capazes de nos fazer entender aquilo que nos tornamos, aquilo pelo que lutamos e aquilo que acreditamos no presente (LOPES; FABRIS, 2013, p. 19).

Para pensarmos a emergência, constituição e institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português, sintetizamos um apanhado histórico de legislações relevantes para conhecermos um pouco das atuais propostas políticas inclusivas.

Nesta seção, nossa atenção se volta para algumas leis que tratam diretamente sobre esse profissional, para assim explanarmos a hipótese inicial deste trabalho sobre olhar de outro modo a sua emergência, constituição e institucionalização.

No que tange ao termo acessibilidade⁶, inicialmente no Brasil, a legislação que cita o Tradutor e Intérprete de Libras/Português é a de nº 10.098, de 19 de dezembro de

⁶ Acessibilidade é entendida como condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. Disponível em: <<http://www.ufc.br/acessibilidade/conceito-de-acessibilidade>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

2000, que além de destacar a importância do acesso à comunicação, em seu artigo 18º, destaca a relevância da formação para esses profissionais:

O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em Braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL, 2000).

E, ainda, apesar de se utilizar uma outra nomenclatura, entendo que demonstra uma possível preocupação do Estado com a institucionalização desse profissional a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Escola Básica (CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001), que em seu artigo 8º, ao orientar a organização das escolas para incluir os alunos com necessidades especiais, instrui que estas devem prover de “[...] professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis” (BRASIL, 2001).

Em 2002, foi publicada a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), que reconhece e oficializa a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como forma de expressão e comunicação das comunidades surdas do Brasil, que foi fundamental para o maior reconhecimento e valorização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Vale citar, ainda, o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei nº 10.436/02 e determina algumas atribuições, como a necessidade da presença de Tradutor e Intérprete de Libras e Português, para atender principalmente a demanda educacional do aluno surdo:

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. § 1º O profissional a que se refere o caput atuará: I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino; II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino (BRASIL, 2005).

De acordo com as legislações sobre o atendimento ao aluno surdo, esse profissional deve apresentar competência e fluência em Libras, devendo ser ouvinte, possibilitando assim nas instituições de ensino a tradução e interpretação da Libras e a Língua portuguesa.

No ano de 2008, o documento que institui o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008) faz menção ao Tradutor e Intérprete de Libras e Português, prevendo que para “[...]o ingresso dos estudantes surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve [...] os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa”.

Com a Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010), a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras e Português é regulamentada, contendo nela descrições atribuídas a esse profissional, afirmando a necessidade deste nas instituições educacionais:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos (BRASIL, 2010).

De acordo com os estudos de Belém (2010), Kotaki e Lacerda (2013), com esses reconhecimentos legais a presença do profissional, mais especificamente nos espaços escolares, tem se tornado mais frequente, sendo necessário cautela e um olhar mais atento para algumas verdades que possam surgir sobre o Tradutor e Intérprete de Libras e Português na educação, porque “toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável esse poder essencialmente normalizador” (FOUCAULT, 2006, p. 157).

3.2 UM POUCO SOBRE A INCLUSÃO...

Para poder estar dentro do desejado, foi preciso inventar o lado de fora. Não há fronteiras nítidas, não há regras definitivas, não há razões que sustentem a metanarrativa da inclusão diante de bons questionamentos sobre as delimitações das fronteiras. No entanto, há uma necessidade vital, considerando-se um tipo de racionalidade moderna, para que as fronteiras de in/exclusão sejam mantidas (LOPES, 2007, p. 18).

Como exercício reflexivo convido o leitor a pensar também a inclusão para além dos aspectos educacionais, direcionando os olhares para o contexto social e econômico, para que possamos questionar o que parece ser evidente e verdadeiro, para problematizarmos o porquê de a inclusão “atingir a todos sem distinção e independentemente dos desejos dos indivíduos” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 13).

O imperativo da inclusão dentro de uma lógica neoliberal, a fim de manter todos incluídos, se faz valer de ações diversas; e a escola tem sido apropriada como o local ideal e conseqüentemente necessário para o Estado efetuar, por meio de práticas de governo, a captura e a análise das variadas formas de comportamento, cabendo a ela “[...] produzir os sujeitos capazes de integrar a sociedade de sua época” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 34).

Nessa lógica de um Estado governamentalizado, foram desenhadas algumas políticas públicas de inclusão educacional, com foco na institucionalização do corpo e a correção desses indivíduos. Por esses documentos, assumiu-se o compromisso de uma sociedade inclusiva, que se preocuparia em garantir os direitos de toda a população que seria “o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida” (FOUCAULT, 2008, p. 140).

Podemos pensar que, com essa função, a escola tem constituído sujeitos bem disciplinados, governados e subjetivados às regras impostas pelo modelo hegemônico. Esse cuidado com os indivíduos fora da lógica neoliberal mostra que o grande investimento do Estado na inclusão escolar seria um meio de fazer a racionalidade neoliberal funcionar:

[...] na racionalidade liberal, a inclusão passa a ser pensada por meio de um dispositivo de segurança e a sedução como uma estratégia potente que, através do agenciamento de certas práticas – que almejam dar conta de tudo e de todos -, contribui para que a inclusão opere fortemente como um imperativo (RECH, 2013, p. 33).

Entendemos que as políticas inclusivas não escapam dessa racionalidade, portanto, é vital contestar as discussões que transitam nesse e sobre esse espaço. Mundialmente, a partir da década de 90, o tema inclusão escolar ganhou mais visibilidade, com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e, posteriormente, a Declaração de Salamanca (1994).

Essas declarações passaram a funcionar como parâmetros das políticas educacionais, sendo citadas em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (2001). O imperativo da inclusão escolar no Brasil, destarte, foi introduzido por meio desses documentos, com regras e normas bem específicas para que todos sejam incluídos.

Apesar de as políticas atuais de educação priorizarem a inclusão de todas as pessoas em escolas regulares, somente a inserção destas nos espaços não lhes garante o atendimento necessário. Então é preciso, com recursos e profissionais capacitados, fazer da escola um espaço que satisfaça às demandas desses sujeitos, tornando-a “uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a informam e aí se ensinam, sejam eles pedagógicos ou não” (VEIGA-NETO, 2003, p. 15).

4. ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS...

Antes de nos debruçarmos sobre os dados produzidos a partir das narrativas compartilhadas nesta pesquisa, explanaremos neste capítulo as ferramentas foucaultianas que tomamos como inspiração teórico-metodológica e que contribuíram para a análise e problematização no nosso tempo do objeto de pesquisa desta dissertação.

4.1 GOVERNAMENTALIDADE

A governamentalidade pode ser entendida como a forma Contemporânea de condução da população assumida pelo Estado desde o século XVIII (FOUCAULT, 2008). Foucault (2008), durante o seu curso no Collège de France, apresentou a noção de governamentalidade pelo viés de rupturas que aconteceram a partir do século XVI. De acordo com suas análises, percebeu-se uma alteração nos tratados de poder herdados da Idade Média, que não mais se restringiam a aconselhar o príncipe quanto ao modo de se comportar perante aos súditos.

O que se viu aparecer diante de um intenso movimento peculiar ao século XVI é uma racionalidade que teve como princípio e objeto de aplicação a governamentalidade do Estado, entendida como a arte de governar, que envolve o ato ser um bom governante para os outros, além de se governar e de como ser governado. Essa nova forma de gerir, a partir de um conjunto de saberes e técnicas específicos, não buscava somente o controle dos territórios e dos indivíduos. Diferente da Idade Média, a partir do século XVIII, essa nova formação de governo teve como foco a vida e a segurança da população, tornando governável os fenômenos que pudessem dela surgir, utilizando como instrumento estratégias bem específicas para gerenciar os comportamentos humanos, para assim poder alterar seus possíveis efeitos.

[...] Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, pelos cálculos e pelas táticas que permitem, exercer esse modelo bem específico, ainda que complexo, de poder, que tem por alvo principal a população, por modelo principal de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 172).

Desse modo, a governamentalidade analisada por Foucault (2008) não seria a que tem como elemento principal o território e o indivíduo, e sim a que se refere aos homens e às coisas, entendida como “[...] os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar” (FOUCAULT, 2008, p. 128).

Com isso, um novo tipo de racionalidade entrou em operação para que as coisas que devessem ser geridas fossem bem distribuídas e gerenciadas para garantir um fim que lhes fosse conveniente, mesmo que essa condução não tivesse como objetivo o bem comum, mas que estivesse de acordo com a racionalidade adequada a cada uma das coisas que se quer governar (FOUCAULT, 2008).

Portanto, ao analisar as formas de governamentalidade como condução dos homens e das coisas, Foucault (2008) nos mostrou como passamos de uma forma de administrar com características feudais, de princípios morais e cristãos, para uma sociedade em que o Estado deixa de ser definido por sua territorialidade, mas pela população que nele habita: “[...] esse conjunto de coisas e homens; o território e a propriedade são apenas variáveis” (FOUCAULT, 2008, p. 166).

Esse novo molde não se aplica somente à população, mas também ao controle das estratégias sobre esses indivíduos em sua relação com os outros e consigo mesmos, formando um grupo com diversas necessidades e aspirações. Seja com interesse individual ou mútuo, a população se constitui como alvo fundamental para a aplicação da governamentalidade.

4.2 BIOPOLÍTICA

Foucault (2008) nos diz que somente a partir do século XVIII foi percebido um novo tipo de investimento sobre o conjunto de pessoas, preocupando-se com a multiplicidade dos corpos, não mais somente com os indivíduos, considerados a partir de então como “[...] um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Então, o agrupamento de pessoas passou a ser entendido como população, que pelas biopolíticas tem suas crises e riscos administrados, e suas resistências amortecidas por políticas educacionais e assistenciais.

O termo biopolítica designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida que elas se tornam preocupações políticas (Revel, 2005, p. 26).

Em outras palavras, a população se tornou uma referência para que as ações do Estado fossem efetivadas, por meio de diversas tecnologias “[...] que lidam com a população, e a população como um problema político, como problema a um só tempo científico e político, como um problema biológico e como problema de poder” (Foucault, 1999, p. 293). Com a ação do Estado, a biopolítica transformou a amostra em um alvo a aplicar as tecnologias de vigilância, classificação e normalização, por entre “[...] táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que não é estatal” (FOUCAULT, 2008, p. 145).

4.3 PODER

No desenvolvimento do trabalho, recorro a Foucault (1979), que a partir de sua análise do poder, passou a entender as relações como “[...] a forma, variável e instável, do jogo de forças que definem as relações sociais de cada momento histórico concreto, e que se define através de práticas e discursos específicos” (PASSOS, 2008, p. 11).

Foucault (1979), ao fazer uma análise do poder, vai de encontro aos estudos clássicos que abordam a temática. O teórico afirma que este não estaria monopolizado pelo Estado por intermédio das instituições, muito menos pelas pessoas em si, mas circularia em cadeia, articulado a uma rede de relações que atravessaria todo o tecido social, por entre as práticas e experiências vivenciadas historicamente, que sempre estariam em constante transformação e produção. Foucault, sobre isso, procura:

[...] captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...), captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) em outras palavras, captar o poder nas extremidades cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p. 182).

O teórico busca compreender a sua emergência, consequência, objetivos, instrumentos e formas de institucionalização. Portanto, o poder estaria em toda a

parte, de forma estática ou flutuante, não se fixando em um lugar específico, adaptando-se constantemente, ações sobre ações, nas quais os sujeitos poderiam exercer ou sofrer as consequências das relações de poder, sendo esses indivíduos os transmissores do poder, envolvidos de tal maneira que não chegariam a perceber de fato essas situações: “[...] o indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1989, p. 183-184).

Vivemos em sociedade, o que implica nos relacionarmos com outros seres humanos, e isso nos envolve nas relações de poder, que é gerada e distribuída no trato social, o que “[...] significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber” (FOUCAULT, 2004, p. 186).

[...] o poder produz saber; poder e saber estão diretamente implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber; também não há saber sem que haja ou se constituam, ao mesmo tempo, relações de poder. Temos antes que admitir que o poder produz saber (...); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há poder relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo, relações de poder. (...). Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1987, p. 30).

Podemos observar as relações de poder pelos seus efeitos nas instituições onde, por uma relação assimétrica, sustenta a sua autoridade e faz com que os sujeitos se comportem de acordo com os controles instituídos pelo Estado, o que produz realidades e verdades indo de encontro às necessidades locais, fazendo “[...] do aparelho do Estado o instrumento privilegiado, capital, quase único, do poder de uma classe sobre a outra” (REVEL, 2011, p. 122).

Portanto, para Michel Foucault, o poder é empreendido nas relações, em determinados momentos históricos complexos, gerando consequências aos envolvidos. Ele é exercido de forma alternada e até simultânea, não somente dominando e muito menos pertencendo a alguém, mas causando por entre seus movimentos únicos, para todas as direções, um efeito geral no coletivo:

O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; (...) o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (FOUCAULT, 2004, p. 175).

Foucault ocupou-se em discutir sobre a possibilidade de liberdade, de produtividade, de uma visão positiva do poder, e não somente de enxergá-lo como repressão, forma à qual estamos familiarizados. Podemos afirmar que nas relações de poder, podem-se “[...] enraizar os fenômenos de resistência no próprio interior do poder, que eles procuram contestar, e não num improvável exterior” (REVEL, 2011, p. 121).

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil... O poder, longe de impedir o saber, o produz (FOUCAULT, 1979, p. 148).

Essa concepção, a partir de Foucault, é de grande valia para nossa proposta de estudo, pois sustenta nossa análise sobre as práticas e os modos de constituição do poder a partir dos dados produzidos na pesquisa:

O poder de regulamentação obriga à homogeneidade, mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras [...]. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (FOUCAULT, 2009, p. 177).

Na esteira deste diálogo, apresentaremos, na próxima seção, as problematizações das atitudes dos indivíduos perante as relações de poder que emergem e que possibilitam modos de resistência às práticas de governo e de ações biopolíticas. Práticas que procuram, para o funcionamento da lógica neoliberal, “[...] extrair dos corpos a maior utilidade (produtividade, em sentidos mercantil e político) e docilidades possíveis” (PASSOS, 2008, p. 13).

4.4 RESISTÊNCIA

O termo resistência despontou nos trabalhos do filósofo a partir dos anos 70. Foucault entendia que nas relações de poder os sujeitos conseguiam, voluntariamente ou não, criar possibilidades de escapar dos discursos de normalização, identificação e classificação:

Gostaria de sugerir uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas

entre a teoria e a prática. Ela consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Segundo Foucault (1988), resistir é subjetivo do ser humano, da vida, visto que a resistência emerge nas relações de poder e gera possibilidades de mudança, transformação e criação de espaços. Em outras palavras, resistir não é apenas reagir a uma situação, resposta esperada pelas forças de poder, mas conceber alternativas de composição de algo inédito, não imaginado pelo poder:

Basicamente, a resistência é a experiência de subjetivação, de autonomia. A resistência é combate particular; ela não afronta o inimigo para infligir uma derrota, mas ela se bate na adversidade; no fundo seu adversário não passa de um pretexto, o que ela pretende é enfraquecê-lo e fazê-lo bater em retirada. Ela não busca a vitória, ela não se lança em uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto (GARCIA, 2013, p. 109).

Podemos entender a resistência a partir das contribuições foucaultianas como uma estratégia, uma tática, um fato imanente ao sujeito nas relações de poder, e que pode “[...] tomar o feitio de uma retirada, de uma desistência, resistência passiva, quando a resistência parece resignação” (GARCIA, 2013, p. 109). Dessa forma, ela vai existir onde houver relações de poder, e vai se atualizar segundo os poderes se instituindo, resistindo e se exercitando nas relações.

O Tradutor e Intérprete de Libras e Português, pensado como um modo de resistência surda, pode explorar e alterar territórios, ultrapassar o que é imposto, sendo de fato um indivíduo curioso, como cita Foucault (1984):

A curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale à pena ser praticada como um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele se assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, o descaminho daquele que conhece? (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Muitos desses profissionais estão inseridos no contexto da inclusão escolar, institucionalizados para atender às demandas específicas de um sujeito. Com sua resistência subjetiva, eles são capazes de estruturar novos caminhos para a educação

dos surdos na atualidade, por intermédio de “um trabalho constante, contínuo e sem descanso, de afrontamento dos processos de autonomização contra as técnicas de individuação e normalização postas em jogo pelas estruturas de poder” (BRANCO, 2013, p. 83). Portanto, o Tradutor e Intérprete de Libras e Português se tornou um objeto de constante saber e poder, gerando assim perspectivas de intensas transformações e mudanças, sendo necessários os exercícios de resistir e afrontar para não ser apenas mais um sujeito submisso e tolerado pelas formas de saber e poder estruturados na atualidade, “[...] afinal, é meu trabalho: não sou o primeiro nem o último a fazê-lo. Mas o escolhi” (FOUCAULT, 2004, p. 81).

Essas contribuições servem de esteio para apreendermos como a emergência, a constituição e a institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português, mediante o imperativo da inclusão escolar, pode funcionar como uma potente estratégia biopolítica de gerenciamento de riscos⁷.

Nessa mesma perspectiva, podemos pensar que o Tradutor e Intérprete de Libras e Português nos sítios educacionais, capturado pela lógica do Estado, tem se tornado uma estratégia fundamental para a inclusão do indivíduo surdo. E também que a institucionalização desse especialista pode ter a sua função bem definida nessa lógica do imperativo da inclusão escolar, ao ser considerado como uma tática de governo para que sejam ampliadas, mesmo que minimamente, as condições de participação dos surdos na chamada “educação para todos”.

Diferente da soberania que recorria às punições para atingir a sua finalidade perante os súditos, a governamentalidade se utiliza das leis como umas das artimanhas, e se vale dessas para atingir a população por meios de instrumentos das muitas possibilidades de práticas de governo.

Portanto, a inclusão escolar tem se tornado um importante estratagema que viabiliza a participação e o controle dos sujeitos nele inseridos, ao passo que cria “[...] sujeitos dóceis e capazes de serem corrigidos a partir das intervenções de distintos especialistas” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 27). E reconhecer a inclusão escolar com esse olhar, tanto para o convívio social quanto para a aprendizagem de todos, se faz

⁷ A partir da segunda metade do século XX, o risco tornou-se um conceito cultural e político central através do qual indivíduos, grupos sociais e instituições são organizados, monitorizados e regulados. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade: curso do Collège de France, 1 de fevereiro de 1978 in: Foucault, M. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1998 c, 13a ed, p. 277-95.

necessário na racionalidade neoliberal. Por isso, o investimento é maior no cidadão, independentemente de sua realidade econômica, política ou social.

Ele é capturado e transformado em produtor e consumidor de ideias e informações, por entre “[...] práticas que instituem uma racionalidade econômica que opera tanto sobre as condutas de cada indivíduo quanto sobre a população que se necessita governar” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 29).

Em relação aos sujeitos surdos, inseridos em espaços especializados ou em escolas regulares, esses colecionam em seu histórico educacional a falta de atendimento e de garantia plena de se comunicarem em língua de sinais. No imperativo da inclusão educacional, receber esses indivíduos nos espaços escolares de início se mostrou como uma nova perspectiva de escolarização e, por meio de algumas práticas chamadas inclusivas, o Estado investiu para que esse público se tornasse participante na sociedade contemporânea.

A inclusão aparece como uma forma de alcançar tanto o coletivo da população – por meio de biopolíticas - quanto cada indivíduo em particular – por meio de inúmeras operações de disciplinamento e correção de anomalias. A dependência existente entre a noção de biopoder e de população, bem como entre tecnologias disciplinares e de controle, torna-se evidente e produtiva para o estado promover condições diferenciadas de vida (LOPES; FABRIS, 2013, p. 30).

Seguindo a lógica neoliberal, a atual articulação entre agrupamento de surdos com presença de Tradutor e Intérprete de Libras e Português como um direito conquistado pode ser pensada como uma forma de reunir não só os alunos, mas também seus familiares e a população em geral, supondo uma “[...] participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no gerenciamento da instituição” (LOPES; HATTGE, 2009, p. 137).

Assim, ao serem capturados pela congruência da inclusão escolar, as expectativas de controle sobre eles se ampliam, e com isso, a conduta desses e de outras pessoas que tenham algum tipo de relação com eles, são conduzidas; essa forma de controle acaba parecendo natural. Portanto, podemos considerar que a “inclusão como prática de governo possibilitará compreender a história de como o Estado se constituiu e se tornou a forma de governar a população pela verdade da inclusão” (CARVALHO, 2016, p. 52).

Essas condições de participação são produtivas e econômicas para o Estado, que encontra na escola um local que vigia, controla e regula aquele que, fora desse imperativo, podem representar algum tipo de risco para a governamentalidade do Estado; este “[...] necessitava por princípio de governo disciplinar a população para poder manter sob controle todos os indivíduos e os segmentos sociais que pudessem ameaçar a ordem declarada (LOPES; FABRIS, 2013, p. 33).

Talvez a educação de/para surdos possa ser analisada como um ardil para garantir a segurança do processo de inclusão, ou seja, a normalização dos sujeitos desse grupo. E para que isso aconteça, a educação de/para surdos com os seus profissionais, mais especificamente, o Tradutor e Intérprete de Libras e Português, tem nos fornecido pistas para pensá-la assim, como uma estratégia para gerenciar o risco e manter em segurança o processo de inclusão.

Portanto, neste contexto podemos entender os indivíduos surdos como uma população de risco, pois em sua maioria, devido ao processo histórico de exclusão, eles estão fora da escola, com baixa escolaridade e muitas vezes, com pouca instrução. Então, ao inclui-los, a presença de Tradutores e Intérpretes de Libras e Português passa a ser uma condição para que as ações do Estado sobre esse sujeito que se quer governar se efetivem e assim, um provável risco poderá ser minimizado.

O foco das ações de governo, então, não se volta para essas pessoas individualmente, mas para um grupo que constitui espaços, comunidade e populações que possam oferecer algum tipo de risco se não estiverem em espaços institucionalizados, fazendo-se necessário “[...] o fortalecimento da escola como umas das instituições capazes de educar os indivíduos para a racionalidade” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 33). Logo, para a governar e controlar esse grupo, o Estado tem na escola um local ideal, “[...] uma instituição [...] por onde todos devem passar” (VEIGANETO, 2007, p. 70), sendo nela possível aglomerar um número maior de sujeitos por um período longo.

Sob essa racionalidade, essas pessoas se sentiriam incluídas, cabendo ao Tradutor e Intérprete de Libras/Português gerenciar o risco que essa população pudesse causar. Ele surge nesse cenário à sombra do objetivo de prevenir possíveis problemas que possam perturbar a ordem e as funções delegadas à escola.

Dessa maneira, passou a ser função primeira da escola por em funcionamento, mediante dispositivos, no caso a inclusão escolar do sujeito surdo, planos de gerenciamento que pudessem reduzir os índices negativos. As formas de ele se comportar dentro desse espaço rapidamente foram capturadas e analisadas pelas políticas de inclusão, que encontraram no Tradutor e Intérprete de Libras e Português uma das soluções para as adversidades que esses indivíduos pudessem representar para sua aprendizagem e para o convívio escolar.

Os surdos, que nessa lógica moderna educacional eram vistos como uma população instável que poderia desestabilizar a governamentalidade neoliberal, encontraram na grade de inteligibilidade da inclusão escolar a figura do Tradutor Intérprete de Libras e Português. E este funcionou como estratégia biopolítica de governo, que pela regulação e controle dos indivíduos, encontra formas de “[...] organização da vida em sociedade” (LOPES, FABRIS, 2013, p. 32-33).

Nessa perspectiva, se faz necessário ter um número cada vez maior de pessoas habilitadas para exercer essa função, de forma que os surdos estejam bem assistidos e não causem riscos. Com isso, “[...] a capacitação e a formação educacional e profissional dos indivíduos aparecem como elementos estratégicos a serem investidos por essa nova modalidade de governamentalidade (GADELHA, 2009, p. 150).

Como abordado anteriormente, por meio de dispositivos legais que possibilitaram a institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português, o Estado tem buscado “[...] conhecer com detalhes as condições de vida de cada indivíduo para que não se potencializem em problemas impensados e incontroláveis para o Estado” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 2). Ao inseri-lo na escola, no mercado de trabalho, nos espaços públicos, colocando-o como uma ferramenta de acessibilidade, ao mesmo tempo em que se garantem os direitos, regularizam-se e conduzem-se as formas de ser, agir e viver dos sujeitos surdos na sociedade. Essa população, com a sua especificidade e singularidade linguística, permanece próxima e se torna conhecida pelo Estado, podendo ser regulada, controlada e governada.

Vale lembrar que o surdo, com o passar dos anos, vem sendo subjetivado como um “super surdo bilíngue”, que é hipervalorizado em tempos de inclusão e educação bilíngue:

É possível dizer que o sujeito com surdez vai se constituindo, se transformando, de acordo com a história, com suas formas de subjetivação e com as práticas discursivas que possibilita a emergência de um sujeito surdo hipervalorizado: aquele que fala (oralizado), ou aquele que se define por sua diferença cultural e linguística (VIEIRA, 2016, p. 98,99).

Portanto, a partir de discursos de várias áreas do conhecimento e de políticas públicas, os espaços educacionais vêm se tornando acessíveis a essa população por intervenção de órgãos específicos que a acompanham e a mapeiam por estatísticas, e também com a presença de profissionais que atendam às suas demandas específicas, no caso deste trabalho, o Tradutor e Intérprete de Libras e Português.

O Estado passou a agenciar esse profissional para que a inclusão dos sujeitos surdos se efetivasse. E essa manutenção contou com uma maquinaria eficiente de mapeamento e condução diferenciada, quando foi institucionalizada essa profissão para atender a uma demanda, aumentando dessa forma a produção de conhecimento sobre aquele que se quer governar, sendo essa uma condição primordial para que as condições da governamentalidade dessem certo.

O Tradutor e Intérprete de Libras e Português surgiu, assim, com o “domínio” da Libras, e por esse conhecimento se tornou um agente biopolítico, uma estratégia de gerenciamento dos surdos. No imperativo da inclusão, ele teve por incumbência garantir os direitos desse público e com isso administrar os riscos que porventura surgissem para a população (inclusão para além dos surdos).

Assim, a institucionalização deste tomou forma por intermédio de legislações, formações em nível superior, técnico e cursos específicos, principalmente voltados para o contexto educacional. A escola se converteu em uma instituição eficiente para a captura da população, articulando os poderes e os saberes que circulam nesse espaço; paralelo a isso, a vida do surdo foi protegida e excluída pela própria política.

Convém ressaltar que esse sujeito vem sendo subjetivado a exigir a presença do profissional e com isso, muitas vezes a contratação compulsória deste - abrindo-se mão inclusive da qualidade e da competência tradutória - motiva a impressão de uma satisfação momentânea e o perigo da exclusão se esmaece; assim, somente a presença desse profissional produz uma aparente sensação de dever cumprido e dissipa a ansiedade que a exclusão causa:

Algumas secretarias de Educação, preocupadas em resolver o problema da inclusão do surdo, mas sem possibilidades imediatas de fazê-lo de pronto,

resumem a inclusão desse aluno à contratação de intérpretes de Libras para cada sala ou espaço onde houver aluno surdo, sem, no entanto, apresentar uma política definida do trabalho desse profissional, uma discussão ética e produtiva ou até mesmo um projeto pedagógico e político de inserção do intérprete de Libras no espaço escolar. Nesse contexto, observamos a contratação de intérpretes, pessoas com apenas os cursos de Libras básico, de 120 horas, e sem nenhuma reflexão sobre as especificidades de sua atuação no espaço educacional (XAVIER, 2012, p. 33-4).

Ao adentrar no ambiente escolar, o Tradutor e Intérprete de Libras e Português se insere nas rotinas escolares, concebe práticas, verdades e discursos que acabam por funcionar como um padrão a ser seguido, produzido por sujeitos que se cruzam nessas relações de saber-poder. Isto posto, criam-se princípios a serem seguidos como éticos, morais, estéticos e prescritivos, que são discutidos pelos envolvidos no ambiente de atuação desse profissional.

Os saberes instituídos sobre essas vivências são absorvidos pelos próprios especialistas, elaborando novos discursos para a sua atuação, entendido como:

[...] um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias (FOUCAULT, 1984, pg. 26).

Esses discursos estão ligados intimamente à questão política, e os saberes que os profissionais constroem, em algum momento, influenciam os outros a “[...] se assemelhar a um tipo de intérprete de libras ideal, sendo tais valores discutidos e postulados” (SANTOS, 2010, p. 32).

Então, a conduta desses profissionais no ambiente escolar vem se constituindo ao longo dos anos no decorrer de construções discursivas produzidas pela sociedade ou por eles, entendidas como “[...] sempre determinadas no tempo e espaço que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercícios da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Pensar sob as lentes foucaultianas me convoca a argumentar a partir da emergência do Tradutor e Intérprete de Libras e Português no imperativo da inclusão os modos de constituição desse profissional. Isso importa atentar para alguns discursos que

emergem a partir de verdades que conduzem às práticas e aos saberes sobre a atuação desse profissional, verdades essas que mesmo anteriores à institucionalização já circulavam de forma natural, e que na atualidade ainda influenciam as ações desses sujeitos em variados cenários.

Nesse sentido, o Tradutor e Intérprete de Libras e Português está sujeito à ordem dos discursos que atravessam as suas práticas e experiências, fabricando premissas que sempre o conduzirão a se assemelhar ao tipo ideal de profissional.

Ao entrar em contato com os narradores para a produção dos dados, procurei não fugir do que estava proposto, pois esses relatos em alguns momentos se aproximavam de minhas experiências pessoais e profissionais.

5. MODOS DE RESISTÊNCIA SURDA

Para compreendermos os modos de resistência surda a partir das narrativas dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, devemos pensá-las como questões do nosso tempo, como movimentos regulares, para percebermos como somos subjetivados pelos poderes e saberes produzidos e como nos apropriamos destes como verdades.

No decorrer do texto, esses fragmentos narrativos também emergem ora como denúncia às práticas de audismo, ora em forma de desabafo. Para apropriação do conceito de audismo, recorremos a Vieira-Machado e Lopes:

Segundo Harlan Lane (1992), audismo é um termo cunhado pela primeira vez por Tom Humphries em 1977. No Brasil, audismo foi traduzido por Carlos Skliar (1998), como ouvintismo. Guardadas as ressignificações dadas na tradução, ambos os termos são usados para fazerem referência às práticas normalizadoras que tomam a audição como princípio de normalidade. Lopes (2007) afirma que, ao utilizar o termo audismo, ao invés de ouvintismo, quer deslocar responsabilidades daquele que ouve para pensar a produção da normalidade — esta definida a partir da norma da audição. Para além do ouvinte (para o qual pode remeter o termo ouvintismo), o uso de audismos permite deslocar daquele que ouve as histórias de discriminação negativa contra os sujeitos surdos (VIEIRA-MACHADO; LOPES, p. 657, 2016).

Relatos entendidos como modos de resistência, com posições e atitudes interessantes, nos ajudam a refletir sobre como tem acontecido a trajetória dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, e também nos conduzem a pensar as formas de como tem acontecido a inclusão do sujeito surdo em nossa sociedade, as relações de poder e as possíveis resistências que atravessaram o caminhar profissional dos nossos narradores, entendendo que:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem o poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário estabelecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

A fim de compreender a emergência, constituição e institucionalização desse profissional, proponho um breve resgate histórico para nos situarmos sobre a conjuntura profissional da categoria. Para defender a posição de que também somos um modo de resistência surda, é importante conhecer acontecimentos passados que influenciaram as condições atuais, conforme Carvalho (2016) sustenta:

É fato que muitos intérpretes de Libras, antes de surgir essa profissão, digo antes da regulamentação da lei de libras (nº 10.436/02) e do decreto nº 5.626/05, eram sujeitos ouvintes que tornaram presença os sujeitos surdos, tornaram-se presença no espaço do outro surdo, ou seja, aquele que não é como eu, que não tem nada em comum comigo (CARVALHO, 2016, p. 133).

Em vista disso, ao propor a problematização do objeto de pesquisa deste estudo, me predisponho a pensar sobre algo que já existe, que está posto, sendo necessário da minha parte o exercício de apreciar criticamente, a fim de entender as práticas e relações de poder inseridas nas discussões atuais sobre os Tradutores e Intérpretes de Libras e Português.

Para isso, recorro às ferramentas foucaultianas para analisar algumas atitudes como modos de resistência surda por intermédio das ações dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português. E são essas, neste caso, as narrativas de profissionais que iniciaram as suas práticas antes da legalização da profissão, compreendendo esses momentos vivenciados de extrema importância para o reconhecimento da categoria.

Então se faz necessário discutir como se dão esses acontecimentos para que os aceitemos como verdades. Ao dialogar com as produções dos dados apresentadas neste trabalho, foi constatado que a maioria dos entrevistados têm em sua experiência inicial com a Língua Brasileira de Sinais um vínculo com a religiosidade.

De acordo com Quadros (2007), no mês de agosto de 1988, com a organização da Federação Nacional de Integração dos Surdos (Feneis), ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, evento que reuniu especialistas do Brasil, no qual foi iniciada a discussão sobre as práticas desse profissional, como depôs um participante:

[...] eu era representante do RS; lembro que participei de 1988, mas além deles tiveram vários encontros, RJ, Brasília e aí os surdos começaram a ver a figura do intérprete (INTÉRPRETE R).

Posteriormente em 1992, ocorreu a segunda reunião nacional, conforme o relato:

[...] Em 1992, foi um evento bem amplo, lembro que não tinha internet, telefone, as coisas foram bem difíceis, muitas xerox etc. Peguei o código de ética americano para os intérpretes de ASL de 1964, trouxe para o Brasil e em 1984 eu traduzi para o Português, aproveitei o encontro e fiz várias xerox que foram distribuídos para os participantes, creio eu que tinha umas 100 pessoas ou mais (INTÉRPRETE R).

Abro parênteses para ressaltar a importância desses acontecimentos para os Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, visto que somente no dia 17 de Agosto de 2018, na cidade de Brasília, aconteceu o terceiro encontro nacional, com o tema “Cenários atuais e perspectivas futuras: 1988-1992-2018”, organizado pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais, sendo esta a entidade que atualmente representa a categoria em âmbito nacional.

Houve um público significativo nas reuniões de 1988 e 1992 uma vez que, antes do reconhecimento profissional, as pessoas que atuavam como mediadoras de comunicação entre surdos e ouvintes eram “[...] indivíduos de diferentes formações, como filhos e parentes de surdos, sujeitos de serviços voluntários em igrejas entre outros” (SANTOS, 2016, p. 34).

A constituição dos sujeitos que naquele espaço/tempo assumiram para si a responsabilidade de serem mediadores da comunicação acontecia nas relações íntimas com familiares surdos, amigos surdos ou nas instituições religiosas, nestas em um contexto para além do campo espiritual, “[...] mas como ponto de encontro para convivência com outros surdos, pessoas que se comunicavam em Libras e atividades direcionadas para esse público específico” (FREITAS, 2015, p. 03).

Além dos espaços religiosos, as associações de surdos também eram pontos onde aconteciam reuniões em que a Libras era utilizada, de modo informal, visto que os cursos, de acordo com Vieira-Machado (2016), eram ofertados em sua maioria pelas igrejas:

[...] as associações de surdos eram mais focadas nas atividades desportivas e no encontro surdo-surdo e por isso não promoviam cursos de Libras de forma intensiva apesar de já terem existido ações isoladas e pontuais. Não se enxergavam com esse papel já que se constituía como um espaço cultural (VIEIRA-MACHADO, 2016, p. 157).

Avançando na discussão sobre a emergência e a constituição dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, compartilho fragmentos narrativos de um

profissional considerado um dos pioneiros da profissão no Brasil, sendo o responsável por trazer dos Estados Unidos e fazer a tradução da língua inglesa para a portuguesa do primeiro código de ética profissional da categoria que continua sendo referência até os dias de hoje:

No ano de 1986, aconteceu um evento de uma semana na escola Concórdia em Porto Alegre, com participantes falando espanhol e inglês e também tinham intérpretes orais pagos e caríssimos. Estava eu e um amigo que também se formou pastor, infelizmente hoje ele não trabalha com os surdos e daquele tempo só eu continuo resistindo firme. Então eu lembro que neste evento de educação religiosa para surdos (1986) foi quando eu conheci o Antônio Campos de Abreu, que veio do Rio de Janeiro, e quando ele viu como a gente trabalhava, se posicionava. Então no evento de 1986 iniciou a construção da minha identidade, porque antes não tínhamos a conexão com outros países, não tinha hoje internet etc., era muito difícil. Exemplo não tinha vídeos, a nossa sorte que a escola era muito ligada a outras internacionalmente, então os modelos chegavam para a gente através de pessoas que rodavam as igrejas luteranas pelo mundo. Era muito mais complicado essa questão de troca, comunicação, experiências, e então o Antônio achou fantástico a questão dos intérpretes, e eu e o Pietro me lembro que ele falou de um evento que iria acontecer e foi muito importante para mim, fomos de ônibus, de POA até BH (2 dias) para interpretar um evento de 3 dias, aí tinham os intérpretes de BH, alguns Codas. Dias muitos bons, os surdos começavam ali a ver que podiam participar de qualquer espaço (INTÉRPRETE R).

Entre as narrativas compartilhadas, essa me chamou muito a atenção pelo fato de ele ter participado de momentos importantes da construção de constituição e profissionalização da categoria no Brasil:

No encontro de 1992 eram vários grupos, eu fiz uma oficina de música e apresentei o código de ética, foi interessante, mas não tínhamos muita ou nenhuma experiência para discutir o código, do que se tratava. Hoje em dia temos um acúmulo bem maior, então o código faz mais sentido. Houve muito mais representatividade em 1992 do que em 1988, discutimos então o código de ética, depois claro foi mudado, adaptado, mas basicamente eu ainda vejo o código de ética americano, traduzido para o português como fundamental, a base, tem muita coisa a ser explorada, se nós seguissemos o código a nossa relação com os pares, com a comunidade surda, nosso trabalho seria muito mais unido, respeitoso entre os profissionais (INTÉRPRETE R).

Vale ressaltar que a Libras, nesse período, em alguns estados brasileiros, já estava estabelecida e difundida em alguns espaços privilegiados de conhecimento, como podemos perceber a partir dos relatos anteriores. “Só tem acesso a essas informações quem sai e vai a algum congresso, ou que pelos menos saiba da existência desses congressos, que não eram tantos assim” (VIEIRA-MACHADO, 2016, p. 156)

Convém mencionar que, no ano de 2009, na companhia de dois Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, estive em Brasília-DF para representar o Estado do Espírito Santo na fundação da Febrapils (Portal da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais), sendo eleito para fazer parte da nova diretoria, enquanto o intérprete R. foi eleito o primeiro presidente da entidade. Na fase de entrevistas, como ele mora no estado do Paraná, cogitei que não seria possível realizar a interlocução, o que foi resolvido com e-mails e aplicativos de celular.

Dialogar com movimentos históricos de outros tempos e espaços é contemplar alternativas de conhecer sujeitos que influenciaram a nossa própria história, e que muitas vezes não valorizamos por não conhecer a realidade:

Nessa época, os intérpretes não tinham o status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e de intérpretes de Língua de Sinais no país (MASUTTI; SANTOS, 2008, p. 155).

As entrevistas com os narradores desta pesquisa me facultaram perceber diferentes percursos formativos que atravessaram esses sujeitos e que contribuiram para a sua constituição profissional. E essas informações emergem em algumas narrativas de forma bem interessante:

Minha experiência, como a de muitos profissionais Codas começou na minha casa, depois se estendeu para a rua, para a sociedade, nas escolas, hospitais, lojas etc. (INTÉRPRETE L).

[...] Todo o meu processo de interpretação começou logo com poucos anos de idade. Meus pais são surdos e toda situação com eles de trabalho deles de médico nós sempre interferimos muito, então vamos aprendendo naturalmente e também começamos a ser solicitados por associações, trabalhando dentro de associações como voluntários, indo em algumas audiências com alguns políticos e tudo (INTÉRPRETE J).

[...] Foi por motivos religiosos que iniciei meu convívio com a comunidade surda ativamente. Inicialmente, saía para o serviço de pregação com amigos que eram surdos, e estes me ensinavam Libras e através de um caderninho eu anotava as palavras que eu tinha dúvida, e eles faziam os sinais (INTÉRPRETE R).

[...] A minha história teve início igual a tantos outros profissionais desta área, através de trabalhos voluntários em igrejas (INTÉRPRETE J).

Trata-se de fragmentos narrativos de sujeitos oriundos de outros estados e que nos transportam para diferentes espaços de formação, ilustrando que cada um se constitui

a partir de suas motivações de modo bem particular. Enquanto no primeiro e no segundo depoimentos os sujeitos descreveram que a formação inicial se iniciou no espaço familiar e se estendeu ao contexto social, o terceiro e quarto explicaram que as suas experiências iniciaram no espaço religioso e a profissionalização também se deu a partir da demanda iniciada na igreja.

Quanto aos entrevistados do Espírito Santo, em consonância com a época dos encontros nacionais, a proximidade com a Libras aconteceu em espaços religiosos. De acordo com Vieira-Machado (2016), na década de 90, no Estado, vários grupos de profissionais foram se formando nas igrejas, para aprimorar as técnicas de evangelização de surdos, difundindo e consolidando a Libras nesses locais:

[...] Meu primeiro curso de Libras foi em 1988, na primeira igreja batista de São Mateus. Foi um curso intensivo, bem rápido no mês de janeiro; neste curso peguei amizade com os surdos e então comecei a conviver com eles (INTÉRPRETE K).

[...] Comecei atuar como intérprete de Libras muito cedo, com apenas 19 anos. Fiz um curso de Libras na Igreja Batista em São Mateus. Com 2 meses cursando, já estava interpretando nos cultos (INTÉRPRETE L).

[...] Em 1993, 1994 aproximadamente, um grupo da primeira Igreja Batista de Vitória fez um curso de Libras e depois começamos a interpretar na igreja (INTÉRPRETE I).

[...] Num encontro de igrejas batistas em 1996, tive a oportunidade de conhecer um grupo de pessoas de São Mateus, e esse grupo usava a mímica (nesta época era assim que considerávamos a língua de sinais (INTÉRPRETE L).

Podemos compreender que mesmo sem o reconhecimento legal ou com formação específica, esses sujeitos já foram intérpretes em algum momento das suas trajetórias, em associações de surdos, igrejas, sendo eles familiares de surdos ou não, ou simplesmente pessoas que se identificaram com a causa por empatia com essa comunidade ou por algum tipo de chamado divino, conforme declaram:

A partir de uma oficina na igreja que me veio o despertar que o surdo precisaria de Jesus, que preciso aprender a falar a língua dos surdos, a língua de sinais para que os surdos pudessem conhecer Jesus como o salvador de suas vidas, uma vez que nós já tínhamos convicção do que significa Jesus para nossas vidas (INTÉRPRETE I).

Um episódio importante foi quando eu me encontrei com o Padre Eugenio Oates e também o padre brasileiro chamado Vicente Bournier. Então o padre Eugenio era um irlandês radicado nos EUA, sendo um grande incentivador tanto na religião quando no contexto social. Me lembro que ele fez um grande trabalho na igreja católica, humilde, simples, cabeça bem aberta, acabou se associando com o padre Vicente, brasileiro, mineiro de juiz de fora. O Vicente para mim é o grande responsável por eu ser intérprete, ter essa ligação com

os surdos, e olha que sou de tradição luterana e os dois totalmente católicos, então eu acho que Deus iniciou ali a minha moldagem na cabeça, para ter essa mente mais aberta, apesar de lutar, muitas vezes ser contra, mas eu abri a cabeça nesse sentido (INTÉRPRETE R).

Em muitas oportunidades, a atuação do Tradutor e Intérprete de Libras e Português está coadunada à intimidade do sujeito surdo, podendo se tornar referência para essas pessoas, por ser uma figura reputada como detentora de verdades e discursos, com uma posição proeminente nessa relação de poder.

Trazer à tona parte da trama histórica dos nossos narradores neste trabalho nos auxilia analisar os poderes e saberes que subjetivam o sujeito de acordo com o poder local, mas além disso perceber as estratégias do movimento surdo a partir dos modos de resistências dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, seguindo a nossa proposta de caminhar pela esteira de Foucault, por uma “[...] investigação das práticas locais, demarcadas numa época histórica específica” (PASSOS, 2008, p. 11).

Ao apreciarmos as situações particulares relatadas pelos profissionais, percebemos que eles não representam somente a si, mas um coletivo no qual que estão inseridos, e toda a construção de uma categoria:

Em 1986 aconteceu o Encontro Latino Americano de educação religiosa para surdos, realizado em POA. O encontro foi muito importante, porque o Antônio foi o grande divulgador da questão do intérprete e aí os outros começaram a participar dos eventos com outros olhos, esse momento para mim foi muito importante e fundamental no meu ponto de vista para a construção desse profissional (INTÉRPRETE R).

Aconteceu um evento no ano de 1999 em Porto Alegre, a gente se preparou muito para esse evento, deixamos as palestras prontas, os surdos participaram muito para nos ajudar com sinais, os surdos também fizeram palestras e a gente então passava para Português. Ficamos dois dias de retiro intenso e então estávamos prontos para esse congresso de educação bilíngue. E eu sei que isso ajudou profundamente na questão da publicação, divulgação, desmitificação e de levar a figura do intérprete como uma figura importante em um evento onde surdos e ouvintes se encontram, e foi quando então eu tive meu primeiro pagamento (INTÉRPRETE R).

No congresso tinham surdo e intérpretes, evento da Feneis, os palestrantes tiveram os gastos pagos pela Feneis. O evento foi muito importante e se comparar a outros países, de uma forma amadora e voluntária, passamos a se profissionalizar, estudar, se profissionalizar etc. (INTÉRPRETE R).

Fui me constituindo profissional, nessa época que Língua de Sinais não era reconhecida, não tinha espaço para você atuar, o único espaço que o intérprete podia trabalhar era dentro na igreja. Então aproveitei essa abertura e comecei a atuar como intérprete em shows e eventos evangélicos organizados pela igreja, mas fora do espaço religioso, e sem nenhuma remuneração. Fui o primeiro intérprete a interpretar o Jesus Viva Verão organizado pela Igreja Batista em Praia da Costa (INTÉRPRETE L).

Assim, fica claro que mesmo em um momento da história, quando as práticas e experiências ainda não eram reconhecidas como uma profissão, os sujeitos presentes assumiram a responsabilidade de representar uma categoria, uma comunidade, ultrapassando a atividade de tradução e interpretação.

Podemos pensar também em modos resistências às situações onde se vive intensamente a relação com o outro que sente as experiências de outras formas, ou de maneiras semelhantes compartilhando as mesmas lutas, sendo uma negociação que se dá no interior das relações de poder.

A minha formação antes de mais nada foi pautada pelo apoio, totalmente pela visão pelo suporte dos surdos, porque os surdos existem, sem surdos não tem intérprete, o surdo existe por si, o intérprete não (INTÉRPRETE R).

Um fato que aconteceu e que me marcou muito foi com um aluno do 2º ano do ensino médio que tinha mudado para nossa cidade, vindo de BH. Quando comecei a comunicação em Libras, percebi que ele só me olhava e balançava a cabeça que não estava entendendo nada, eram sinais simples como: estudar, pesquisar, professora, então me vi aquele momento como mais um grande desafio, trazer para o contexto escolar sua vivência e assim criar juntamente com os professores as estratégias. Então no encontro pedagógico expliquei a todos a situação e que precisava de um tempo para conhecê-lo e assim fui fazendo quando vieram as provas as notas foram péssimas, ele não compreendia nada. E veio a surpresa que me deixou abalada, sua mãe foi na escola para reclamar de mim, pois seu filho tirou notas muito baixas, e ela achava que o problema era comigo. Relatou que seu filho nunca teve intérprete na vida e sempre tirou notas ótimas e mostrou as provas eram 8,0, 9,5, 10 em quase todas disciplinas, eu fui ao chão com este fato e nem queria voltar na escola de tanta vergonha. Mas conquistei o carinho do aluno e da sua mãe e fui aos poucos convivendo para conhecer a sua relação familiar e foi quando descobri um fato: suas provas eram feitas com o caderno de resposta dos professores, por isso nada para ele tinha significado, ele simplesmente era um copista (INTÉRPRETE J).

[...] eu acabei estudando com eles, tinha três surdos à noite porque não tinha intérprete, era muito complicado, éramos criticados. Por exemplo, a APAE não aceitava o uso da língua de sinais, o único espaço que a gente se sentia à vontade era dentro da igreja, os surdos que chegavam só utilizavam gesto e com o tempo desenvolviam a partir do convívio, com a comunidade surda o contato primeiro com outro surdo. Sabiam ali a existência de outros surdos, e aí foi quando eu acabei fazendo um trabalho ofertando curso em 1993 na igreja de Nova Venécia, também em Boa Esperança, onde acabei conhecendo vários surdos e aprendendo no dia a dia com eles, interpretando na igreja e em outros lugares (INTÉRPRETE K).

Podemos perceber nos depoimentos a resistência em uma outra perspectiva, como uma voz que alerta sobre as injustiças que os surdos vivenciam na nossa sociedade. É perceptível uma reação contra uma sociedade governamentalizada, voltada não para as possibilidades de experiências do sujeito surdo, mas para os interesses produtivos e econômicos. Podemos entender que as ações desses profissionais vão se ajustando com o passar dos anos.

Os Tradutores e Intérpretes de Libras e Português são subjetivados com verdades, discursos, orientações ou regras do espaço onde estão inseridos, que podem variar desde o seu modo de vestir, à sua posição no momento tradutório e interpretativo. O movimento de resistência ocorria muitas vezes quando a atuação era informal, em um momento da história em que a língua de sinais era entendida como gestos, e os surdos não eram reconhecidos como sujeitos de direitos que exigiam atitudes para além do pensamento e modo cristão.

Eu comecei na minha igreja lá atrás nos fundos, e um dia eu disse “de jeito nenhum” porque os surdos ficam atrás, porque isso não vai facilitar para os surdos interagirem. Nós ficando lá atrás atrapalhava o entendimento e por isso falei, precisamos ficar perto do altar, onde acontece as coisas, os movimentos. Eu lembro que quando os surdos recebiam a hóstia, pão e cálice, onde o pastor dizia assim, esse é o corpo de cristo dado e derramado para vos perdoar seu pecado, e com o vinho mesma coisa, então os ouvintes entendiam o perdão audivelmente e os surdos ficavam excluídos, então eu comecei a se posicionar lá na frente, foi um passo que tive que ter muita coragem porque eu tive que argumentar para os líderes da minha igreja, para entenderem que os surdos tinham o mesmo direito (INTÉRPRETE R).

Nos anos de 1996 e 1997 criamos o ministério com os surdos na Primeira Igreja Batista de Vitória, onde fizemos um encontro de surdos, inclusive no dia do surdos, em que estiveram presentes várias autoridades que foram convidadas por mim, todos estavam envolvidos, mas tomei frente, porque eu estive na Feneis no Rio de Janeiro nesse período e conversei com a Feneis sobre as necessidades do Espírito Santo, pessoas sem preparo, com bastante surdos e aí a gente foi fazendo o trabalho aos poucos, porque o surdo também não se firmava, gente que fazia o trabalho, ficava lá e cá, trabalho um pouco doido e ficávamos tristes por alguma coisa que não acontecia. E digo sem nenhuma culpa, eu fiz, muitos fizeram e continuam fazendo algo para que esse grupo crescesse. E aí em diante tivemos a participação de surdos, alguns com destaque na Igreja Batista de Vitória, nos ensinando, algo importante, não somente ensinando Libras mas também acontecendo a troca (INTÉRPRETE I).

Segundo Foucault (2003, p. 244), “há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de certa maneira, às relações de poder”. Os sujeitos, em tensão no espaço onde estão inseridos e consigo mesmo, são produtos dessas relações articuladas com os seus próprios modos de resistência.

As práticas de governo a que os indivíduos são submetidos nos mais diversos espaços nos ajudam a compreender, por intermédio das narrativas, que eles não as aceitam de forma pacífica, e a conduta pensada sobre esses sujeitos escapa ao objetivo específico por meio de práticas de resistência, com movimentos internos, suspeitando permanentemente das relações que vivenciam:

Internamente e imanente a seu objeto ela será para nós resistência ao poder, mas também ao estado das coisas, resistência à injustiça, resistência à destruição, à morte, resistência à tolice. A resistência é um fato; não uma obrigação (GARCIA, 2013, p. 109).

Portanto, os Tradutores e Intérpretes de Libras e Português podem ser pensados como um modo de afrontar as imposições nos espaços onde estão inseridos. No contexto atual, de uma sociedade controlada exacerbadamente pelo poder, enxergamos uma potência de resistência, experimentações de possíveis modos de vida, nos quais a liberdade existe e resiste sempre:

O direito à resistência faz, do indivíduo governado pelo seu desejo, um sujeito de uma resistência sempre possível ao poder político quando este põe em questão seu ser ou em perigo sua integridade. O sujeito torna-se sujeito ao resistir ao poder (GARCIA, 2013, p. 110).

Pensar que as subjetividades dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português são produzidas a partir de saberes locais e específicos, muitas vezes não legitimados e descontínuos, nos auxilia a entender que as reações emergidas a partir das relações de poder não são uma simples forma de rebeldia, mas um tipo de antagonismo contra os excessos, contestações e regulações das experiências, das práticas e das relações de poder da comunidade surda na inclusão escolar.

Resistir, doravante, será uma luta arriscada e dramática. Quem não lutar, pode ser apenas um número a mais, na estatística das vítimas ou no cálculo atuarial dos submissos e tolerados (BRANCO, 2013, p. 88).

No curso “Segurança, território e população”, Michel Foucault (2008), ao analisar as instituições, problematiza a noção de instituição, não limitada ao seu interior, mas a seus efeitos exteriores. O teórico propõe um estudo macro, para além dos muros das escolas, asilos, hospitais e prisões, sendo uma análise “[...] fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal” (FOUCAULT, 1979, p. 186).

Ao problematizar essas práticas para além das instituições, Foucault (2008) nos apresenta o que ele chama de realidade móvel, que faria das instituições apenas um espaço com determinadas funções e restritas a moldar os corpos, obedecendo a uma certa organização; mesmo que os sujeitos se movimentem entre os espaços, esse deslocamento não prejudicaria a sua normalização.

Não se trata de negar a importância das instituições nas organizações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir

das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém (FOUCAULT, 1995, p. 245).

Foucault considera as instituições não como espaços limitados e exclusivos de exercícios e práticas do poder, mas como locais são atravessados pelas mais diversas tecnologias do poder e organizados de acordo com o seu objetivo específico.

Para ele, as instituições independem dos aprisionamentos dos corpos para o seu assujeitamento, porque isso acontece também fora delas instituições, por entre redes mais amplas de articulações do exercício do poder, “[...] tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (FOUCAULT, 1999, p. 173).

Em sua proposta de analisar o poder para além das ações estatais e das instituições, Foucault não propõe que seja feita uma reforma nas instituições, mas uma renúncia ao pensamento unitário que enxerga as práticas internas nesses espaços determinados pelos saberes, como a única forma de exercício do poder:

[...] a análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais (FOUCAULT, 1988, p. 100-103).

Na modernidade, a sociedade se organiza em vários espaços e a condução dos sujeitos também é realizada para além da ação institucional, podendo ser exercida por profissionais, familiares, amigos e não somente por um órgão ou entidade, estendendo assim as estratégias e tecnologias do poder a todos que estão inseridos no contexto social.

O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Entretanto, mesmo com todo esse aparato do poder, a resistência se encontra em todos os níveis e lugares, porque esse não se instala automaticamente de modo padronizado. As formas de governo empregadas na sociedade para atingir a uniformização conta com um conjunto de técnicas específicas de subjetivação, que têm como alvo o ser humano.

O indivíduo surdo na sociedade pode ser entendido como um sujeito que é construído discursivamente e subjetivamente, podendo encontrar na figura do Tradutor e Intérprete de Libras e Português um modo de resistência ao discurso padrão, fazendo emergir novos pensamentos sobre a pessoa surda:

Me interessei em ver os surdos fazendo os sinais, daí passei a procurar cursos para o aperfeiçoamento em mímica. A partir daí já sabendo o básico da mímica, conheci vários surdos, os quais me incentivaram a ir em busca de novos horizontes. Hoje trabalho com surdos em escolas. Sou grata a Deus por me dar a oportunidade em aprender essa língua maravilhosa, também aos surdos em acreditar em mim (INTÉRPRETE N).

Eu trabalhava em uma cooperativa de surdos em Belo Horizonte, quando um dia a presidente virou para mim e falou assim: “Olha, se você não se qualificar, você não vai ser intérprete mais não”. Eu fiquei bem assustado porque já tinha uma língua, a minha língua natural, ainda não entendia nem a questão da linguística da coerência, aquilo me marcou muito (INTÉRPRETE J).

É necessário, portanto, que as relações sejam construídas fundadas nos modos resistência como uma possibilidade de sobrevivência na relação surdo e ouvinte, “[...] a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder” (FOUCAULT, 2005, p. 6).

Percebe-se que cada vivência nos mostra diferentes modos de resistências às relações de poder que naqueles momentos históricos circulavam como verdades. Nas variadas circunstâncias, cada sujeito com sua subjetividade fugia do controle exercido.

Portanto, esses relatos podem favorecer que coordenemos novas formas de inclusão do sujeito surdo, diferentes das que estão postas pelas políticas de inclusão e acessibilidade. Eles trazem em seu escopo subjetividades, certezas, dúvidas de como proceder nos espaços, em fases históricas distintas da que vivenciamos.

Atualmente a maioria dos entrevistados atuam em espaços educacionais, tornando esse ambiente importante para a construção dos modos de resistências surdas:

[...] Hoje trabalho como Tradutora e Intérprete de Libras e Português educacional e como professora formadora desses futuros profissionais (INTÉRPRETE J).

[...] Atualmente estou trabalhando como Tradutor e Intérprete de Libras e Português educacional, na rede municipal e estadual (INTÉRPRETE L).

[...] No ano de 2017, após aprovação em concurso, ingresso no Instituto Federal do Espírito Santo como Tradutora e Intérprete de Libras e Português (INTÉRPRETE S).

No ano de 2008 comecei a trabalhar como Tradutor e Intérprete de Libras e Português educacional, tanto na Prefeitura de Vitória e pela Secretária Estadual de Educação, onde atuo até hoje e além desses locais, já trabalhei em três faculdades particulares e no Instituto Federal do Espírito Santo (INTÉRPRETE L).

Quando questionamos os saberes e poderes constituídos sobre a profissão da categoria, depreendemos que esse profissional assume uma posição de resistência surda. As possibilidades abordadas a partir das narrativas nos provocam a pensar sobre as lutas atuais desse grupo em torno das dominações políticas, interpelando as sujeições a que é submetido e propondo condições de pensar sobre esse ele.

A concepção de resistência definida por Foucault (2004) e que utilizo nesta dissertação consiste em fazer com que os extratos do saber se voltem contra os poderes, entendendo que os explorados não apenas sabem qual o seu espaço no sistema, mas também são capazes de questionar e rejeitar o que lhes é intolerável, enfrentando as relações de poder:

Interna e imanente ao seu objeto ela será para nós resistência ao poder, mas também ao estado das coisas, resistência à injustiça, resistência à destruição, à morte, resistência à tolice. A resistência é um fato; não uma obrigação (GARCIA, 2013, p. 109).

Pelas narrativas, percebemos que os sujeitos em suas trajetórias combateram normas institucionais, administrativas e pedagógicas, além dos saberes e verdades que circulavam nos mais diversos espaços para aperfeiçoar as tecnologias de vigilância, e, porque não, de exploração. Nesse viés, reforço a posição de compreender essas pessoas como um modo de resistência surda perante as práticas de governamentalidade da atualidade, pois “[...] o Estado governa a população não sem atender aos desejos desta, e as resistências ao poder são organizadas, sobretudo, quando estes não são atendidos ou são apenas em partes” (TEMPLE, 2013, p. 146).

Destarte, a resistência se configura como uma estratégia que luta e tenta inverter os poderes e saberes estabelecidos. Podemos perceber esses gestos como uma busca de legitimidade profissional, sendo possível entender os Tradutores e Intérpretes de Libras e Português como um modo de resistência da comunidade surda. Ela também deve ser lida como uma atitude em defesa da liberdade, por meio das histórias, das lutas que emergem quando os sujeitos se apropriam das suas práticas ou recusam as imposições quanto às suas ações.

Entender a resistência como luta, combate às relações de poder, sem nenhuma articulação com políticas ou instituições que permanecem e que são imanentes ao nosso tempo, se torna uma prática necessária e constante. Foucault (2003) procura

nos mostrar como as práticas fabricam domínios de saber, com isso emergindo novos conceitos, objetos e técnicas formando assim, novos sujeitos e conhecimentos.

Questionar essas práticas se faz necessário para evidenciar os processos que emergem nas relações de poder, permitindo, dessa forma, a constituição do sujeito, os mecanismos de subjetivação e objetivação deste, entendendo-as como modos de agir e de pensar sobre esse indivíduo.

Para Foucault (2008), o indivíduo na modernidade luta não propriamente para atacar as instituições ou grupos específicos, mas como uma forma de se opor ao poder que subjetiva os indivíduos, transformando-os em sujeitos. Portanto, o teórico defende que é necessário “imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” (FOUCAULT, 2008, p. 283).

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis[...] (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Cabe-nos sempre questionar as conquistas de um direito às quais devemos nos ater, se essas garantem de fato o que buscamos, ou se por mais evidentes pareçam, podem ser modificadas. Sob a perspectiva foucaultiana, “[...] enquanto muitas coisas de fato mudaram, outras mudaram aparentemente para que tudo continuasse como antes” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 65).

Os discursos das narrativas nos explicitam que os diferentes percursos desses sujeitos contribuíram para a constituição e reconhecimento de uma categoria.

A busca pela formação com o objetivo de ser um Tradutor e Intérprete de Libras e Português é bastante destacada entre os sujeitos desta pesquisa, que mesmo sem muitas opções, buscaram fazê-la, em tempos e espaços diferentes, e que contribuíram de alguma forma para o processo de constituição desse profissional.

Alguns cursos foram cruciais para minha trajetória de formação. Iniciei em 2011(tinha, na época, 21 anos de idade) no Curso Básico e Intermediário de Libras, que foi ofertado pela Secretaria Estadual de Educação (Sedu). No início 2012 passei por uma banca avaliativa e fui aprovado para fazer parte

de uma formação, de iniciativa privada, em parceria com a Seme – Linhares. Nessa formação de TILSP tivemos aulas com especialistas, mestres e doutores de vários campos do saber (linguística, tradução e interpretação, educação, literatura etc.) (INTÉRPRETE C).

[...] Sou formado em Letras, em uma faculdade particular, e estou fazendo a minha segunda graduação e Pós-Graduação em Libras, tem 29 anos que estou atuando como intérprete de Libras (INTÉRPRETE L).

Hoje a minha formação é em Pedagogia, tenho Pós-Graduação em Libras, formação continuada em Educação Inclusão e especial, Tradução e Interpretação de Libras e Distúrbios de Aprendizagem e Educação Inclusiva (INTÉRPRETE I).

Ao narrar as suas histórias, eles nos proporcionam também conhecer um pouco da vida deles e o pensamento que têm sobre si mesmos, suas experiências e transformações durante a trajetória de vida. Por se tratar de pessoas com diferentes estágios de formação, com locais de aprendizado em ambientes informais - em associações ou igrejas - o julgamento de si muda a partir dessa história. Mas em comum, nos relatos, percebemos o sentimento de felicidade ao encontrar com os sujeitos surdos, ao estar com eles, algo que mudou os rumos de suas vidas:

[...] Nessa época eu tinha 20 anos, era um estudante e fiquei muito incomodado, no sentido positivo, muito perturbado vendo eles sinalizando e sem entender nada. Aquilo me causou uma atração muito forte [...]. Depois passei a frequentar uma essa associação que foi minha escola, onde aprendi os sinais que os surdos utilizavam. Eu nunca fiz curso de Libras durante a minha vida, mas lá eu passava vários finais de semanas e horas e horas, foi muito importante, aquilo me atraía, sentia prazer em estar com eles (INTÉRPRETE R).

[...] fiz um curso intensivo, bem rápido e nesse curso peguei amizade com os surdos e daí comecei a conviver [...]. Inicialmente o trabalho que a gente fazia era a interpretação dos cultos, visitação à família, para perceber a necessidade da família, tanto de alimentos e quando necessitava de interpretação, quando surgiam problemas por causa de falta de comunicação. Além de ir a bancos, lojas, eu morava bem no centro perto de tudo, por isso frequentemente eu tinha esse trabalho com eles, e era muito procurada para o contexto escolar, reforço de conteúdos, onde a gente até buscava os surdos menores, as crianças nos bairros indo de bicicleta e oferecia o reforço escolar. Com essa dificuldade toda, lá não tinha intérprete nas escolas, percebendo isso resolvi fazer o magistério (INTÉRPRETE K).

[...] Sou grata a Deus por me dar a oportunidade de aprender essa língua maravilhosa, também aos surdos por acreditar em mim, sendo que hoje trabalho em escolas como Tradutora e Intérprete de Libras e Português (INTÉRPRETE L).

[...] Meu primeiro contato com a língua de sinais foi no ano de 2009, inicialmente no campo religioso. Sou Testemunha de Jeová e há alguns anos as Testemunhas de Jeová têm sido referência por realizar um trabalho voluntário com os surdos, através da língua de sinais. Após o primeiro contato, a curiosidade sobre a Libras aumentou e no ano de 2010 iniciei o curso básico de Libras no CAS de Vila Velha. Em seguida fiz o curso intermediário de Libras e comecei a usar meu conhecimento para auxiliar processos seletivos na empresa em que eu trabalhava [...]. No ano de 2013

eu tive a oportunidade de ingressar na rede estadual de ensino, como intérprete, e desde então me mantenho nesta profissão (INTÉRPRETE S).

[...] Aceitei o desafio, e assumi uma classe de alunos com síndromes diversas, onde seis eram surdocegos. Surdos com baixa visão, cegos, enfim... foi uma mudança radical em minha vida. Fui fazer um curso de capacitação em São Paulo, voltei com muitas ideias, e fiz um trabalho na escola, numa perspectiva inclusiva, onde alguns desses alunos puderam ser incluídos em classes de alunos surdos (INTÉRPRETE L).

Ao narrarem, esses sujeitos fizeram o exercício de olhar para si e julgaram as próprias histórias, relatando circunstâncias difíceis que passaram ao iniciar a carreira profissional. Diante dessas narrativas resistentes, poderíamos falar de alguma forma sobre modos de resistir? Como resistimos? Podemos nomear formas de resistências? E porque não pensarmos sobre nossos modos de vida?

6. AINDA SOBRE AS RESISTÊNCIAS: MODOS DE RESISTIR

Perante tantas alternativas de resistências testemunhadas nos relatos, proponho-me pensar sobre duas delas, que podemos nomear como: a) Resistência Utópica, que pelas lentes foucaultianas pode ser entendida como aquela constituída pela mobilização, pela projeção de um mundo melhor; e b) Resistência Infame, que pode ser conduzida pela possibilidade de experiências que fogem às relações de poder e aos saberes instituídos.

A fim de pensarmos num modo de resistir utópico, recorro a alguns eventos primordiais na formação das narrativas resistentes dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português historicamente constituídas.

Em abril de 1999, entre os dias 20 e 24, aconteceu na cidade de Porto Alegre, no salão de atos da reitoria da UFRGS, o V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue, no qual foi elaborado um documento pela comunidade surda intitulado “A educação que nós, surdos, queremos”, segundo o qual a “resistência surda nesse momento foi um marco histórico no cenário brasileiro” (CARVALHO, 2016, p. 28).

Dentre as 147 metas propostas no documento, compartilho abaixo as que envolvem diretamente a figura do Tradutor e Intérprete de Libras Português. Algumas delas já foram alcançadas, outras ainda são emergentes. Dentre as que se relacionam com o nosso objeto de pesquisa, citamos:

- [...] Buscar recursos para a manutenção de uma Central de Intérpretes para atender aos surdos de Classe Especial, de Integração e Faculdades.
- Nos concursos vestibulares os surdos devem contar com intérpretes na ocasião das provas e a prova de português deve ter critérios especiais de avaliação.
- Considerar que as escolas de surdos devem ter intérpretes em todos os eventos e para os momentos de diálogo com a família de pais surdos e entre familiares ouvintes e filhos surdos.
- Assegurar o direito da presença do Intérprete de Língua de Sinais no decorrer do concurso de vestibular.
- Garantir a existência de intérpretes contratados pela universidade, assegurando ao surdo condições semelhantes de seus colegas ouvintes.
- Propor que intérpretes reconhecidos pelas Associações e Federações de Surdos, possam atuar nas universidades, sempre que houver solicitação e interesse de ambas as partes.
- Considerar que a formação universitária dos intérpretes é necessária para garantir a formação do profissional surdo.

- Propor que as universidades abram cursos para formação de intérprete de LIBRAS, em parceria com Associações e Federações de Surdos.
- Garantir que somente intérprete com formação de 3º Grau possa atuar na tradução para língua de sinais nas universidades [...] (FENEIS, 1999).

Percebemos que além da necessidade de garantir a presença do Tradutor e Intérprete de Libras e Português em todo o contexto escolar, a exigência com a formação desse profissional também é posta como meta, reforçando que sua presença e qualificação são fundamentais para o sucesso educacional do sujeito surdo.

Michel Foucault (2013), no ano de 1966 proferiu nos dias 07 e 21 de dezembro duas conferências radiofônicas nas quais ele discutiu as possibilidades do corpo e suas utopias. Para ele, estas se fazem presentes em todas as sociedades, como um ideal de civilização. O autor a analisa como uma imagem, uma ideia que não é verdadeira, mas que representa uma versão de uma sociedade justa para todos, em que a felicidade seja plena, um ideal fantasioso, mas que poderia ser realizado:

De qualquer forma, uma coisa é certa: que o corpo humano é o ator principal de todas as utopias. Afinal, uma das utopias mais antigas que os homens contam para si mesmos não é o sonho de corpos enormes, desmesurados, que devorariam o espaço e dominaram o mundo? (FOUCAULT, 2013, p. 09).

Um Tradutor e Intérprete de Libras e Português que esteve presente nesse evento de 1999 nos relatou:

Abril de 1999. Era o quinto congresso latinoamericano de educação bilíngue, onde o Skliar era o coordenador geral [...]. Então foi a primeira vez que recebi e quem pagou foi a Feneis. Interessante isso porque foram dois anos de trabalho em conjunto com grupo de Skliar, a gente trabalhando, se preparando, e foi então que um grupo de intérpretes se organizou e nós fizemos até um retiro no final de semana. Nós tínhamos todas as palestras, inclusive a palestra do Jimi Carrel, aquele inglês da universidade de Bristol; a da Bárbara, uma americana e outras pessoas da Universidade Gallaudet dos EUA. E foi assim que a gente se preparou muito esse evento: deixamos as palestras prontas, os surdos participaram muito para nos dar os sinais, os surdos também fizeram palestras e a gente então passava para Português e assim foram dois dias de retiro intenso. E então estávamos prontos para esse congresso de educação bilíngue lá em POA. E eu sei que isso ajudou profundamente na questão da publicação, divulgação desmistificação e de levar a figura do intérprete como importantíssimo em um evento onde surdos e ouvintes se encontram e foi então que eu tive meu primeiro pagamento (INTÉRPRETE R).

Destarte, da mesma forma que tentamos ocupar lugares que projetamos e desejamos, também emerge o movimento inverso, o de escapar desses locais, com tentativas de

afastamento das regras e restrições para continuarmos a ter respostas sobre os nossos desejos, sejam esses ambientes institucionalizados ou não.

Nosso processo civilizatório, articulado em torno dos modos de desenhar e administrar lugares reais, não deixou de conceber e produzir, também, lugares irreais, enquanto espaços sem um local fisicamente determinável. As utopias se configuram como espaços não existentes em que investimos nossas expectativas individuais e coletivas. Como produção imaginária, elas precisam de um ponto do qual se irradiem. Por isso, são sempre reflexo de uma dada sociedade, em positivo ou negativo (GOMES, 2010, p. 38).

Esse movimento ocorrido em 1999, que culminou na elaboração do documento “A educação que nós surdos, queremos”, se expandiu e inspirou várias comunidades surdas pelo Brasil a lutarem pelos seus direitos, e não foi diferente no estado do Espírito Santo, como nos relatou um participante:

A movimentação foi muito positiva, pois até então eram grupos separados, igrejas, associações, não me recordo de outro movimento, surdos e intérpretes, lembro que na época foram basicamente os Codas, lembro muito bem, eu, o Josué, a Keli, a Lucienne, e aí foi muito bacana, um movimento que foi um marco capixaba. Me lembro que esse movimento foi importante porque, depois das políticas nacionais, os surdos capixabas estavam querendo buscar os espaços, principalmente na educação. O movimento foi pautado bastante para esse lado, valorizar a língua de sinais, singularidade linguística, a questão da própria surdez (INTÉRPRETE E).

Como relatado anteriormente, em 26 de setembro do ano de 2005, na cidade de Vitória - ES, também ocorreu um movimento de resistência com a presença da comunidade surda capixaba, familiares e Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, como nos descreveu Costa (2007):

Uma segunda-feira chuvosa, em frente à Prefeitura de Vitória, inicia-se um protesto surdo em favor de melhores condições educacionais e sociais a fim de garantir sua inserção na sociedade como um todo [...]. Aconteceu em Vitória, capital do Espírito Santo. Tal protesto, não tão silencioso assim, reivindicava educação, saúde, acessibilidade, intérpretes, ou seja, cumprimento das leis que já existem (COSTA, 2007, p. 101).

Segundo o autor, durante uma semana aconteceram passeatas, audiências com autoridades, palestras e divulgação em massa do episódio pela mídia local. Na ocasião, foi escrito “O Manifesto da Comunidade Surda Capixaba”, que continha um resumo dos anseios dos participantes do movimento, sendo que “cópias do resumo desse manifesto foram distribuídas pela cidade na passeata, como panfletos [...] e o

texto completo foi entregue aos governantes, como o prefeito e o governador (COSTA, 2007, p. 102). Um dos trechos do manifesto defendia:

[...] Por intérpretes qualificados uma vez que somos usuários de uma língua que não é compartilhada por todos. [...] queremos que os mesmos conteúdos que são passados aos ouvintes sejam passados a nós ao mesmo tempo pela via visual através do intérprete (COSTA, 2007).

Citar fragmentos de narrativas e de documentos históricos como fonte de análise nos desvela o quanto esses movimentos são legítimos e importantes, e também nos mostra construções de estratégias e modos de resistências que podemos considerar como utópicas.

A utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar onde eu teria um corpo sem corpo, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito na sua duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado; pode bem ser que a utopia primeira, a mais inextirpável no coração dos homens, consista precisamente na utopia de um corpo incorporal (FOUCAULT, 2013, p. 08).

Junto às narrativas e a materialização política delas por meio dos documentos compartilhados, fica evidente a resistência utópica. Ao fim, de algum modo, as lutas utópicas previam esse lugar límpido, belo, luminoso. Havia um brilho no olhar daqueles que falavam nostalgicamente de um sonho: o dos surdos ocuparem seu espaço no mundo.

A necessidade da atuação em conjunto com o objetivo de melhores condições de ensino e aprendizagem, reconhecimento e valorização da língua, eliminação de qualquer tipo de alienação, estava envolvida por uma atmosfera *utópica*, no sentido de Foucault, uma vez que a formação e principalmente, qualquer tipo de movimento que acontecesse não poderia “[...] ser confiado a uma espécie de espontaneidade instantânea, não refletida, não integrada a uma luta em conjunto” (FOUCAULT, 1971, p. 156).

Podemos perceber que alguns pontos destacados nos documentos citados estão contemplados em legislações atuais que regulamentam a educação de surdos no Brasil. O decreto 5626/2005, em seu capítulo IV, no artigo 14, trata especificamente do sujeito surdo inserido na educação, e em alguns trechos aborda o profissional Tradutor e Intérprete de Libras e Português:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

a) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e III - prover as escolas com:

b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa [...] (BRASIL, 2005).

Nesse contexto, surdos e Tradutores e Intérpretes de Libras e Português devem por objetivo promover elucidações políticas e ideológicas, atuando como importantes e autênticos instrumentos de subversão, em conjunto na projeção do aperfeiçoamento de uma constituição social almejada por todos.

E, ainda, dialogando com os narradores, à medida que aquelas vozes dos movimentos são absorvidas por legislações e institucionalizadas, uma outra possibilidade de uma resistência emerge, e que neste trabalho denominamos de “infame”. E porque assim nomeamos?

Partimos de outra composição histórica das lutas *utópicas*, à medida que vão se materializando. Não é mais límpida, não é mais brilhante, não é luminosa... é tensa, confusa e complexa. Falamos de sujeitos que por muitas vezes foram silenciados, esquecidos, impossibilitados e abafados, mas que tiveram as “[...] suas existências registradas porque, em algum momento, por uma convergência de acasos, cruzaram-se com um regime de poder e criaram uma faísca em sua pretensa limpidez” (NAIDIN, 2016, p 1035).

Em seu artigo “A vida dos homens infames”, publicado 1977, Foucault (apud NAIDIN, 2016), empregou o termo “infame” para designar vidas ignoradas, esquecidas e cujo enredo não possuía lugar na história. O filósofo se debruçou sobre registros históricos de internatos, petições direcionadas ao rei com ordens de prisão entre outros documentos que foram emitidos durante os séculos XVII e XVIII. Ele se ateu àquelas passagens que diziam respeito a sujeitos que, durante a sua vida, passaram quase despercebidos, sem desfrutar de nenhuma notoriedade, sem usufruir de um reconhecimento público; vidas que se

chocavam com o poder, com os discursos e saberes estabelecidos pela nossa modernidade, por isso foram nomeados como infames.

Vidas efêmeras de homens e mulheres que, em razão da obscuridade e do silêncio atribuído às suas condições bizarras de impossibilidade de conciliação entre vida e discurso, só tiveram suas existências registradas porque, em algum momento, por uma convergência de acasos, cruzaram-se com um regime de poder e criaram uma faísca em sua pretensa limpidez (NAIDIN, 2016, p. 1035).

Na trama histórica onde estão envolvidas as relações de sujeitos surdos situados historicamente à margem da sociedade, podemos analisar a concretude do Tradutor e Intérprete de Libras e Português como uma resistência infame, como uma alternativa diante de incertezas, sendo que a sua atitude “[...] pulveriza e espraia as dimensões de possibilidades de experiências de rompimento com o localizado, o hegemônico, o homônimo (CARVALHO, 2014, p.104).

O Tradutor e Intérprete de Libras e Português, ao vivenciar as suas lutas e hastear suas bandeiras, que de um modo ou de outro são concretizadas no âmbito das políticas públicas, acaba muitas vezes se perdendo nos festejos e de alguma forma, não é notado, valorizado, dignificado, mas apesar de tudo:

[...] faz girar as experiências mais reais, menores, nem sempre vistas e valorizadas, mas que estão lá, aqui, além de aqui: em todos os recantos, formas, experiências de sala de aula - no prédio, na roça, na tapera, sob a árvore, entre quatro paredes, nos cem lugares possíveis” (CARVALHO, 2014, p. 103).

Com a sua experiência e o seu conhecimento voltados para o acontecimento, um novo modo de resistir se manifesta. Seria então esse sujeito, de certa forma, um infame? Afinal, ele se torna um personagem importante nessa trama histórica. Esse processo aparentemente descontínuo faz muito sentido para quem está envolvido, e a sua necessidade e a dos que estão envolvidos diretamente os pertencem.

A partir daí sei que além do domínio da Libras, se faz necessário quebrar o paradigma da exclusão e já tivemos um grande avanço, mas precisamos construir junto à sociedade o entendimento de que o Surdo não é uma caixinha com defeito e isso não é fácil. Após este tempo no Ensino Médio e Fundamental estou realizando um sonho, estar na sala de alfabetização de surdo trabalhando na proposta bilíngue, juntamente com a professora buscamos trabalhar as competências da

criança, suas habilidades e principalmente meu objetivo construir sua identidade Surda e a sua autonomia (INTÉRPRETE J).

Esses indivíduos são chamados de infames não como julgamento moral de seus atos; eles são assim entendidos em seu sentido específico, rigoroso, referindo-se ao cidadão comum e a todas as vidas que estão ao seu redor, em princípio destinadas a não deixar nenhum tipo de rastro e estarem sujeitas a passar despercebidas pela humanidade; por isso, não são famosos e "não compõem com nenhuma espécie de glória" (FOUCAULT, 2006, p. 210).

A resistência infame dessas pessoas nos presenteia com suas experiências que poderiam estar fadadas ao esquecimento diante da memória excludente vivenciada pela comunidade surda. E com suas potências negligenciadas, enxergam nessa possibilidade o rompimento com "[...] os tipos de ligações estabelecidas entre o poder, a verdade, o discurso e o cotidiano, à medida que levam em consideração todo o tipo de relação que está em jogo na constituição de subjetividades (CARVALHO, 2014, p. 104).

Em 1989, aconteceu o primeiro *The Deaf Way*. É um evento de cultura, identidades surdas nos EUA, na capital americana em julho de 1989, durante uma semana. É um evento que vem surdos de todas as partes do mundo, eles trazem o seu circo, o seu teatro, a sua poesia, sua forma de se expressar culturalmente. Das mais diferentes formas, eu fiquei maravilhado e foram dias maravilhosos. O Brasil também participou, por que tinham inúmeros *workshops*, mini palestras. O evento foi na Universidade Gallaudet, depois aconteceram outros eventos como esse em outros países. A forma de ver o surdo, o caminho, e tudo organizado por surdos, tinha um monte de intérpretes, quando eu vi aquele salão enorme, cheio de intérpretes de diferentes línguas de sinais, eu fiquei assim deslumbrado... eu fui o intérprete brasileiro que foi para esse evento, quem mais foi para esse evento? Eu, Antônio Campos de Abreu, Ana Regina e Souza Campello e também o professor Fernando Valverde, surdos referência no Brasil. As experiências e aprendizados foram inúmeras, incontáveis, grandiosas, exemplares, modelos para o resto da minha vida (INTÉRPRETE R).

A potência por parte do Tradutor e Intérprete de Libras e Português a partir da sua resistência infame, seja da criação, da descontinuidade, da possibilidade de acontecimento, emergiu no momento em que esse movimento foi singular e voltado para a constituição variável e possível de sujeitos. Permitir produções diferentes do que é "autorizado", modos de viver e experimentar o mundo,

inverter a ordem das coisas, o torna instrumento de outras conexões de experiências e possibilidades.

Com as suas práticas vivenciadas ao longo de sua vida, em muitos momentos rompeu com o discurso hegemônico, homogêneo, replicou possibilidades de devir, constituiu forças capazes de conduzir sujeitos potentes, microrrelacionando saberes. A sua posição de resistência infame escapa “[...] às ações prováveis e improváveis para as mais variadas experiências atinentes ao modo de ser” (CARVALHO, 2014, p. 104).

Ser uma resistência infame diante das múltiplas possibilidades de sujeição instaladas nas relações humanas e no corpo social, possibilita ao Tradutor e Intérprete de Libras e Português se posicionar no fluxo das ações e com seus gestos, mesmo que pequenos, que emergem como uma afronta aos “[...] canais de forças reprodutoras do modo de ser” (CARVALHO, 2014, p. 104).

Portanto, diante dessas alternativas, podemos compreender a resistência infame desse profissional em sua individualidade, na qual sempre estará situado como um sujeito, mas sempre respeitando e valorizando a sua relação com o outro, no nosso caso, o surdo. Ao reputar a sua função com a sua resistência infame, é possível a esse sujeito a posição de atitude, diante das forças que brotam nas relações humanas, ao criar tensões diante dessas experiências ligadas à formação das subjetividades.

Os indivíduos envolvidos no processo de formação social encontram na resistência infame do Tradutor e Intérprete de Libras e Português outras alternativas em seu empreendimento de formação. Por meio dessa relação e a partir das práticas desse sujeito, emergem experiências de libertação de domínios, gerando descontinuidades que escapam das forças de poder. Sentindo “[...] claramente que tudo o que se percebe é evidente apenas ao redor de um horizonte familiar e mal conhecido, e que cada certeza é clara apenas porque se apoia em um solo nunca explorado” (FOUCAULT, 1979, p. 787).

A partir das experiências de formação, brotam modos de subjetividade resistentes, que confrontam com a individualidade imposta no processo histórico, e por meio da resistência infame, o Tradutor e Intérprete de Libras e

Português se faz atuante, sempre se deparando com todas as formas e forças de doutrinação, normalização e fixação desse sujeito.

Michel Foucault (apud NAIDIN, 2016) nos demonstra inquietações sobre as definições e lugares previamente estabelecidos que determinam as funções sociais dos sujeitos, sendo essa conjuntura de possibilidades fundamental para intermediar as relações dos envolvidos diretamente ao processo em que estão inseridos, a que estão direcionados a constante subjetivação. Isso refuta toda a imposição de individualidade que impede de criar e proliferar outros modos e espaços que possam falar, escutar e serem compreendidos.

Portanto, diante dessas possibilidades, a resistência infame desse sujeito tem a responsabilidade de destinar tudo isso, além da sua relação consigo mesmo, pois somos possíveis, livres e que o que tomamos por verdadeiro “[...] por evidente, não passam de temas fabricados em um momento histórico, e que esta pretensa evidência pode ser criticada e destruída” (FOUCAULT, 1988, p.778).

A partir dessa resistência, armam-se estratégias pontuais, que podem ser utilizadas como ações, com o intuito de possibilitar o deslocamento dos discursos e das verdades que circulam na modernidade, se colocando como um sujeito “[...] diante de outros sujeitos, afetando e sendo afetado, subjetivando e sendo subjetivado, formando e sendo formado (CARVALHO, 2010, p. 14).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta dissertação, em nenhum momento projetei como terminaria, pois sempre estive movido pela convicção de que esse circuito de escritas seria um trajeto de descobertas, com perspectivas que emergiriam a cada narrativa ouvida, transcrita e revisitada.

Somente no percurso avistei os obstáculos, as possibilidades de soluções e transposições para as questões problematizadas, transformando dessa forma as muitas verdades que eu havia produzido.

Como relatado ao longo do texto, a base teórica e o meu objeto de pesquisa foram construídos durante o curso de Mestrado e somados às leituras individuais e às compartilhadas com o meu grupo de estudos, o Giples.

Em busca da compreensão e problematização do objeto, me vali de uma caixa de ferramentas com algumas contribuições analíticas foucaultianas – governamentalidade, biopolítica, relação de poder e resistência - que foram exploradas, por exemplo, como propensão metodológica para a produção dos dados, na seleção dos fragmentos de narrativas de Tradutores e Intérpretes de Libras e Português de diferentes épocas e espaços.

A intenção do estudo ultrapassou minha própria construção profissional, e também pode ser pensada para a construção política da categoria. Entendi que havia a necessidade de revelar, pelas narrativas dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português, que os nossos modos de resistência foram e são relevantes para as conquistas atuais da comunidade surda.

Muitos questionamentos surgiram de situações que despontaram nas relações de poder e nos embates frente às práticas de subjetividades que procuravam normatizar, rotular e caracterizar os surdos. Estes encontraram nas resistências - utópicas ou infames – algo além da afronta aos poderes e saberes estabelecidos nos diversos espaços; eles se aproximaram de ouvintes que de alguma forma contribuíram para os novos modos de pensar políticas e práticas em contextos em que esses sujeitos estão inseridos. Essas atitudes podem ser entendidas como “[...] uma intervenção na vida de alguém; uma intervenção

motivada pela ideia de que tornará essa vida, de certo modo, melhor: mais completa, mais harmoniosa, mais perfeita – e talvez mais humana” (BIESTA, 2013, p. 16).

Os relatos dos profissionais trouxeram à tona as vivências daqueles que lidavam diretamente com as comunidades surdas em épocas distintas, ora desconhecidas e discriminadas, ora reconhecidas legalmente e inseridas em espaços sociais importantes - mas que constantemente estavam à mercê de discursos e verdades com interesses específicos daquelas realidades.

Percebemos que, por entre as resistências, surgem condutas que contribuem para uma subjetividade que pode ser constituída sem interferências de saberes e poderes que influenciam a condução dos sujeitos.

Identificar essas contribuições com sensibilidade nos permite absorver a importância dos modos de resistência como soluções viáveis às práticas homogeneizantes de nossa Modernidade, e que por vezes acabam sendo estruturadas como políticas públicas. Espero que possamos desenvolver sentidos e significações sobre o nosso lugar enquanto profissionais em destaque na conjuntura inclusiva atual.

Segui o viés de pensar de outro modo a emergência, constituição e institucionalização do Tradutor e Intérprete de Libras e Português por acreditar que essa é uma possibilidade frente às relações de poder exercidas nos espaços ocupados por esse sujeito. Mas o pensar que proponho não seria no sentido de ampliar os conhecimentos adquiridos, mas para fazermos

[...] o exercício de (tentar) pensar por fora do que é dado e já foi pensado, não no sentido de ampliar seus limites, mas sim no sentido de não assumir as bases sobre as quais se assenta esse dado que já foi pensado e, dessa maneira, deixar o já pensando para trás (VEIGANETO; LOPES, 2010, p. 24).

Esse movimento propiciou um olhar diferente do que estava posto, pois a partir de marcas históricas dissolveu interpretações que outrora pareciam naturais.

Vale ressaltar que alguns fragmentos narrativos compartilhados neste estudo se remeteram à minha própria biografia, àquilo que faço parte, que defendo, e que

me atravessa, compreendendo que não existe uma verdade, mas verdades, e que as coisas não estão ou são prontas, são frutos de constantes negociações.

Com a intenção de tentar responder à pergunta central, percebi que os modos de resistência dos Tradutores e Intérpretes de Libras e Português consistem em práticas importantes e necessárias para os anseios da comunidade surda em geral, pois abrem caminhos e se movimentam em direção ao bem comum. Portanto, ao finalizar esta pesquisa, tenho ciência de que as expectativas podem não ser totalmente atendidas, mas que o mais significativo é que nossas abordagens poderão inspirar, incentivar e subsidiar novos trabalhos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: Dagmar Estremam Meyer, Marlucy Alves Paraíso. (Org.). **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. 2 ed. Belo Horizonte, 2014, v. 1, p. 175-196.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Tradução Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.098** – Acessibilidade. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 dez. 2000.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Escola Básica**. (CNE/CEB nº 2). Brasília, 11 set. 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação. **Lei nº 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 abr. 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação. Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 dez. 2005.

_____. **O Tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa/Secretária de Educação Especial**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdo/MÊS/SEESP. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 17 de set. 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação. **Lei 12.319.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União. Brasília, 01 set. 2010.

BELÉM, L.J.M. **A atuação do intérprete educacional de Língua Brasileira de Sinais no ensino médio.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2010, 138f.

BRANCO, Guilherme Castelo. Ontologia do presente, racismo, lutas de resistência. In: PASSOS, I.C.F (Org). **Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

CARVALHO, Antônio Filordi de. **Pensar a função-educador: aproximações foucaultianas voltadas para a constituição de experiências de subjetividades ativas.** UNIFESP, GT - 17: Filosofia da Educação, 2010.

_____. **Foucault e a função-educador.** Coleção Fronteiras da Educação, São Paulo, 2014.

CARVALHO, Daniel Junqueira de. **Não basta ser surdo para ser professor: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Lucyenne Matos da. **Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas: os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história.** 2007. 186f.: il.

FENEIS. A educação que nós, surdos, queremos. **Revista da Feneis.** Rio de Janeiro, ano 5, nº 25, p. 25, abr./set. 1999. Edição Especial.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1971.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade II** - O uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

_____. FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Trad. Raquel Ramalhete. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 3.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. A governamentalidade: curso do *Collège de France*, 1 de fevereiro de 1978 in: Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998 c, 13a ed. p. 277-95.

_____. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal 1994.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Poderes e estratégias. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Foucault: estratégia, poder-saber**. Tradução V. L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos IV).

_____. Ética, sexualidade, política. In: MOTTA, M. B (org). **Ditos & Escritos V**. Tradução: Elisa Monteiro e Inês A. Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

_____. É inútil revoltar-se? In: _____. **Ditos & escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. FOUCAULT, Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel de Barros de (Org). Michel Foucault: estratégia, poder-saber. **Ditos & Escritos**; IV. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Segurança, território e população. Tradução de Eduardo Brandão**. Curso no *Collège de France: 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. A ordem do discurso. Tradução L. F. A. Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramallete. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. **Ditos & Escritos VII**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREITAS, Marissandra Silva do Rosário. Religião e inclusão social: uma análise sobre o trabalho de inclusão de surdos em igrejas cristãs de Belo Horizonte. **Anais do V Congresso da ANPTECRE “Religião, Direitos Humanos e Laicidade”**. Belo Horizonte, 2015.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução a conexões a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GARCIA, Célio. *Resistência a partir de Foucault*. In: PASSOS, I.C.F (Org). **Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2013.

GOMES, Mayara Rodrigues. Avatar: Entre utopia e heterotopia. **Matrizes**, Ano 3 – nº 2 jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2vTFbMG>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

KOTAKI, C.S; LACERDA, C.B.F. o intérprete de Libras o contexto da escola inclusiva: focalizando sua atuação na segunda etapa do ensino fundamental. In: LACERDA, C.B.F. de: SANTOS, L.F. dos (Org). **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a Libras e Educação de surdos**. São Carlos: EDUFSCar, 2013. p. 201-218.

LACERDA, Cristina B.F. **Intérprete de LIBRAS**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LAGUNA, Maria Cristina Viana. **MORALIDADE, IDONEIDADE E CONVIVÊNCIA**: discursos sobre as práticas dos repetidores do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Org). **In/exclusão nas tramas da escola**. Canoas: ULBRA, 2007. p. 11-34.

LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Org). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte, 2009.

LOPES, Maura Corcini; LOCKMANN, Kamila; HATTGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. **Inclusão e biopolítica**. São Leopoldo: IHU, ano 8, n. 144, 2010.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura Corcini; MORGENSTERN, Juliane M. Inclusão como matriz de experiência. **Pro-Posições**, vol. 25, nº 2, Campinas, SP, 2014.

LOUREIRO, Carine Bueira. Inclusão e biopolítica. In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs). **Inclusão digital e governamentalidade**. Belo Horizonte, 2013.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais**: relações de poder e (re) criações do sujeito. Campinas: 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 2008.

_____. **Posição Mestre**: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. Campinas, 2013. 253. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Unicamp, 2013.

MASUTTI, Mara Lúcia; SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. In Ronice Müller de Quadros [Org.]. **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008. p. 148-167.

NAIDIN, Julia. Vidas Heterotópicas, Vidas Infames, Vidas Outras: um percurso antropológico no pensamento de Foucault. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 28, n. 45, p. 1027-1048, set./dez. 2016.

NANTES, Janete de Melo. **A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro**. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul.

PASSOS, D. M. de SP. O intérprete como produtor de sentidos: uma análise discursiva da atividade de interpretação forense. **TRADTERM**, 15, 2009, p. 113-131.

PASSOS, Izabel C.F (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

PERLIN, Gladis. **A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais**. Porto Alegre, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**/Judith Revel; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesan. São Carlos: Claraluz, 2011.

RECH, Tatiana Luiza. Inclusão e biopolítica. In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs) **A inclusão educacional como estratégia biopolítica**. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Silvana Aguiar. **Tradução/Interpretação de Língua de Sinais no Brasil: Uma análise das Teses e Dissertações de 1990 a 2010**. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SANTOS, Iolanda Montana; KLAUS, Viviane. Inclusão e biopolítica. In: FABRIS, Elí T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs) **A inclusão e o sujeito empresário de si**. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O fazer do Intérprete Educacional: práticas, estratégias e criações**. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2014.

SANTOS, Joaquim Cesar Cunha. **A formação do Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais como intelectual específico: O trabalho de Interpretação como prática de cuidado de si**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

TEMPLE, Giovana Carmo. **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas/BA : UFRB, 2013. 288p.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.

_____. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. **Educação e Temática Digital**, Campinas, v. 12, n.1, p. 147-166, jul./dez. 2010. Disponível em: <www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/2311>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. Governamentalidade, biopolítica e inclusão. In: SALCEDO, Ruth Amanda Cortéz; DIÁZ, Dora Lilia Marín (Orgs.) **Governamentalidad y educación: discusiones contemporâneas**. Bogotá: IDEP, 2011. p. 105-125.

VIEIRA, Eliane Telles de Bruim. **Práticas de hipervalorização de diferentes modos de ser surdo no contexto educacional do Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez (CAS) no Estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. **Traduções e marcas culturais dos surdos capixabas: os discursos desconstruídos quando a resistência conta a história**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

_____. **Professores de Surdos: educação bilíngue, formação e experiências docentes**. Curitiba: Appris, 2016.

VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; LOPES, M. C. A constituição de uma educação bilíngue e a formação dos professores de surdos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 639-659, jul./set. 2016.

XAVIER, Keli Simões. **O lugar do intérprete educacional nos processos de escolarização do aluno surdo.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.